

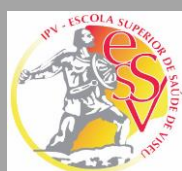
MORIS FERNANDES DA SILVEIRA FILHO

**SENTIMENTO DE PERTENÇA PSICOLÓGICA: Uma
contribuição da Educação na educação social inclusiva na
Cidade de Arapiraca no Estado de Alagoas Brasil**

Dissertação

Mestrado em Educação para a Saúde

Orientação: Professor Doutor Carlos Albuquerque



Agosto de 2016

“De nada valem as ideias sem homens
que possam pô-las em pratica.”
(Kal Max)

AGRADECIMENTOS

A Deus que me conduziu chegar ate aqui;

A minha companheira Cacia Maria que me ajuda e me dar força para alcançar meus objetivos;

Aos professores que compartilharam seus conhecimento e finalmente a todos que me ajudaram com uma palavra inspirada por Deus.

RESUMO

Enquadramento: A escola tem necessidades de proficiar educação capaz de atender as necessidades de cada criança qualquer que seja a condição física social e linguística.

Objetivo: Este estudo tem como objetivo identificar o sentimento de pertença psicológica como contribuição na educação social inclusiva na cidade de Arapiraca/al .

Método: A metodologia utilizada para realização desse trabalho foi triangulada. O estudo quantitativo, descritivo e explorativo, foi desenvolvido em uma escola em Arapiraca – AL, no período de janeiro de 2014 a março de 2014, tendo sido questionados 38 alunos com necessidades especiais e respectivos professores. No que diz respeito ao estudo qualitativo optou-se pela realização de entrevistas a professores e estudantes.

Resultados: Questionamos 38 estudantes com necessidades educativas especiais e 20 docentes, tendo-se constatado que 25% dos professores têm formação específica e 75% não têm qualquer formação específica. Quanto aos estudantes a maioria tinha necessidades a nível intelectual. Já os docentes sentiam-se despreparados para atender alunos com necessidades educativas especiais. Por outro lado, é importante salientar que, dentre os discentes pesquisados a maioria são acometidos por estresse e depressão e relatam que tais fatos acontecem porque se ver muitas vezes em sala de aula diante de situações que não sabe como resolver e quando buscam ajuda, não encontram.

Conclusão: A escola, inserida neste contexto tem como papel importante acompanhar as mudanças, preparando seus alunos de forma mais consciente para exercer a cidadania, disponibilizando meios, recursos profissionais qualificados para esta função. É dentro da perspectiva da educação inclusiva que acreditamos alcançar no futuro, uma sociedade em que todos tenham seus direitos respeitados. O sentimento de pertença psicológica vivenciado pelos educadores que em sala tem alunos especial faz parte de suas vidas. A inclusão social escolar é um processo que envolve acesso, permanência e sucesso de alunos, mas que requer muito do educador e que muitas vezes esse não está preparado para responder a todas as expectativas do aluno especial. Enfocar a questão da situação atual que as escolas públicas vivenciam, é sem dúvida reconhecer a necessidade de mudanças em suas práticas. A busca que estamos empreendendo trata-se de levarmos adiante esta discussão a fim de construirmos a missão dos educadores embasados em uma inclusão consciente, dentro das possibilidades educacionais disponíveis atualmente.

Palavras - chave: Educação, Inclusão, Cidadania, Escola, Sentimento de pertença

ABSTRACT

Background: The school needs proficiar education able to meet the needs of every child regardless of the social and physical condition linguistically.

Objective: This study aims to identify the sense of psychological belonging as a contribution to inclusive social education in the city of Arapiraca / al.

Method: The methodology used to conduct this study was triangulated. The quantitative, descriptive and explorative, it was .desenvolvido at a school in Arapiraca - AL, in the period from January 2014 to March 2014, having been asked 38 students and their teachers with special necessidaes. With regard to the qualitative study was chosen for conducting interviews with teachers and students.

Results: We questioned 38 students with special educational needs and 20 teachers, and it was found that 25% of teachers have specific training and 75% have no specific training. As for the students most had needs intellectual level. As for the teachers felt unprepared to meet students with special educational needs. On the other hand, it is important to note that among the students surveyed most are affected by stress and depression and reported that such things happen because you often see in the classroom in situations that do not know how to solve and when they seek help, found.

Conclusion: The school, set in this context has an important role follow the changes, preparing their students more consciously to exercise citizenship by providing means proficionais skilled resources to this function. It is within the perspectiva of inclusive education we believe to achieve in the future, a society where everyone has their rights respected. The sense of psychological belonging experienced by educators in the classroom has special students is part of their lives. School social inclusion is a process that involves access, retention and success of students, but that requires a lot of educator and many times that is not prepared to answer all the expectations of the particular student. Focusing on the issue of the current situation that the public school experience, is undoubtedly recognize the need for changes in their practices. The search we are undertaking it is to carry on with this discussion in order to build the mission of educators grounded in a conscious inclusion within the educational possibilities available today.

Key - words: *Education. Inclusion. Citizenship. Psychological, Feeling of belonging*

INTRODUÇÃO	19
1ª PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	25
1 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO HISTÓRICO	27
1.1. LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO	33
1.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E POSTURA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	34
1.3 PERSPECTIVAS A SEREM ALCANÇADAS NA ESCOLA	37
1.4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	38
1.5 COMO PROMOVER A APRENDIZAGEM ESCOLAR	39
1.6 PROBLEMAS A SEREM ENFRENTADOS PELO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	41
1.7 POSICIONAMENTOS QUANTO À INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS.....	42
1.8 A ESCOLA E A FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	44
2 . A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA E DA SOCIEDADE NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS ESPECIAIS E SENTIMENTO DE PERTENÇA PSICOLÓGICA EXISTENTE	47
2.1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO SENTIMENTO DE PERTENÇA.....	50
2.1.1 - As Fases e Suas Diferenças no sentimento de pertença	59
2ª PARTE - ESTUDO EMPIRICO	69
1 – METODOLOGIA	71
1.1– MÉTODOS	71
1.2 -.PARTICIPANTES.....	73
1.3 – INSTRUMENTOS.....	73
1.4 – PROCEDIMENTOS.....	74
1.5 – PROCEDIMENTOS ESTATISTICOS.....	75
2 - RESULTADOS	76
3 - DISCUSSÃO	83
4 - CONCLUSÕES	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	91
APÊNDICE A	93
APÊNDICE B	95

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
GRÁFICO 1 – Total de alunos matriculados	77
GRÁFICO 2 – Docentes capacitados e atendimento de acordo com as necessidades dos estudantes	77
GRÁFICO 3 - Necessidades diagnosticadas na escola pesquisada.....	78

LISTA DE FIGURAS

IMAGEM 1- Recursos adaptados para AEE (Globo em autorrelevo).....	79
IMAGEM 2 – Recursos adaptados para AEE (Sorobã).....	79
IMAGEM 3 – Recursos adaptados para AEE (Reglete).....	80

LISTA DE ABREVIATURAS

- LDBEN - Lei de diretrizes e bases da educação nacional.
- AEE - Atendimento educacional especializado.
- DEE - Departamentos de educação especial.
- ONGs - Organizações não governamentais.
- PNEE - Portador de necessidade educativa especial.
- NEE - Necessidades educativas especiais.
- SEED - Secretaria de estado da educação.
- ONU - Organização das nações unidas.

INTRODUÇÃO

A temática da inclusão social escolar e o sentimento de pertença psicológica que é de relevante discussão por vários autores, que defendem os benefícios que este tipo de prática proporciona para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças ao serem inseridas em um ambiente que há pouco tempo atrás nem se imaginária possível, onde as crianças especiais eram excluídas, uma vez que a segregação de crianças com necessidades educativas especiais, do convívio social, era uma prática corrente.

A inclusão traz a ideia de igualdade de direitos e, principalmente, o respeito às diferenças, ao afirmar que, independente das necessidades especiais, todas as crianças têm o direito de frequentar uma escola regular e aprender os conceitos trabalhados.

A Escola Municipal escolhida na cidade de Arapiraca/AL localiza-se na zona urbana. Atende as modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com um quadro de 47 funcionários e o corpo técnico-pedagógico.

A escola é composta por 1.157 alunos matriculados conforme censo de 2013, desses 38 são especiais, 25 são diagnosticados com deficiência intelectual, 2 com surdez, 2 com deficiência física, 2 com síndrome de Down, 1 com autismo, 1 com necessidade visual e 5 encontram-se esperando o laudo médico (ainda não possuem diagnóstico definindo a patologia).

É importante observar que, dentre os discentes pesquisados a necessidade intelectual é mais abrangente, acometendo vinte e cinco (25) dos trinta e oito (38) alunos matriculados.

Os alunos especiais da escola mencionada acima são 38, dos quais 26 são do sexo masculino e 12 do sexo feminino são em sua maioria de classe baixa.

O tema em questão justifica-se pela necessidade de entender a prática pedagógica com alunos inclusos e o sentimento de pertença psicológica existentes e se a mesma esta acontecendo de forma coerente garantido assim os direitos educativos desses alunos, como propõe as leis constitucionais, colocando-se sempre a frente de um ser que é organismo biológico e cognitivo, mas que é um ser também afetivo, social e cultural.

Assim, cabe ressaltar que é perceptível que alguns educadores têm a habilidade de prever as novas necessidades, as próximas modificações. São estas pessoas que se destacam em meio às novidades, estas estão sempre à frente, adotando os novos paradigmas educacionais, conseguindo por si só adaptar-se a esses alunos inclusos.

Os docentes, ou mesmo, o ser humano, está sempre seguindo paradigmas e, quando eles entram em crise, surgem sentimentos de insegurança e ao mesmo tempo também de liberdade para inovar. Porém se faz necessário uma concepção direcionada para a garantia dos direitos. Todavia é necessária uma concepção de educação contínua e preparo de educadores para receberem alunos especiais e conseguirem adaptá-los à metodologia e ao ensino aprendizado da sala.

Na atualidade as instituições escolares estão excessivamente burocráticas e se faz necessário romper com este paradigma para que ela volte a fluir e atingir todos os discentes sem preconceitos, tornando a inclusão um processo natural e banindo qualquer preconceito cultural, social, étnico ou religioso, mas para isso os educadores precisam ser orientados e capacitados (Mazzota, 1999).

A partir da Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada em 1990, em Jontien, Tailândia, os movimentos internacionais recomendam a necessidade de construir espaços educacionais, na perspectiva de educação de qualidade para todos. Neste sentido, compromissos éticos e políticos foram consolidados num esforço coletivo para assegurar a democratização da educação, independente das diferenças particulares dos alunos.

A Declaração de Salamanca reflete um consenso mundial sobre a necessidade de mudanças fundamentais que transformem em realidade uma educação que seja capaz de reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender as necessidades de cada criança individualmente.

Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas devam ser dadas as oportunidades de obter e manter nível aceitável de conhecimento; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios"; "os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades"; "a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente àqueles portadores de deficiências" (Declaração de Salamanca – 1994, p.34).

A escola esta aberta a novos grupos sociais, mas sem reformulação de conceitos e de conhecimentos. Assim, o ensino é massificado e não há troca de experiências. O pensamento que norteia o atual sistema é muito mecanicista a ponto de romperem com os direitos que são garantidos pela constituição e discriminam claramente os alunos “normais” e os com necessidades educativas especiais, bem como o ensino regular, o especial, e as disciplinas estudadas na escola. A parte criativa, subjetiva, geralmente não é considerada. No entanto, a educação deve ser voltada para uma cidadania plena.

De acordo com Sassaki (1999), a prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

A escola inclusiva, aberta a todos que desejam aprender, certamente parece uma utopia. Os alunos especiais devem ser considerados seres humanos singulares. Assim é também a instituição: simplesmente uma escola, que não está presa a modelos criados por quem não aceita a diversidade. A atual tentativa de ensinar somente alunos perfeitos é que é utópica e extremamente distante da realidade. Conforme lembra Porter:

A escola inclusiva não deve ser considerada em termos de alunos deficientes, mas sim, em termos de como é possível desenvolver a prática dos professores enquanto profissionais da educação, num esforço por uma educação de qualidade para todos (Porter, 1997, p.18).

As barreiras para a acessibilidade física impedem o acesso à permanência com sucesso dos alunos nas escolas constituindo empecilhos para a aprendizagem, somando-se a isto a organização no atual modelo que tem dificultado o atendimento individualizado com relação às necessidades de cada um, assim como na valorização das conseqüências e contribuindo também para a ineficiência do processo educativo da escola (Porter, 1997).

Atualmente percebe-se um ponto importante no desenvolvimento da educação praticada na escola: a equidade, isto é, buscar propiciar as condições de acesso, permanência e sucesso do processo educacional. Está nas mãos dos educadores, pais e outras pessoas da sociedade de hoje, estabelecer uma nova

forma de vida inspirada em uma cultura de paz, amor, cooperação, disciplina, justiça, esperança, lealdade, otimismo, comprometimento e sucesso (Porter, 1997).

Nas escolas inclusivas a família vem se integrando aos poucos no processo de ensino-aprendizagem, e o corpo docente se empenhando para que juntos possam trabalhar da melhor forma possível para o enriquecimento do processo educativo. Não esquecendo os problemas relacionados à parte social e cultural e das relações que obedecem ao padrão cultural e social de cada região, pois se devem respeitar todas essas diferenças.

As crianças com necessidades educativas especiais – NEE - constituem um desafio em matéria de diagnóstico e educação. Muitos desses professores desconhecem, por completo, que essas crianças podem estar apresentando algum problema de aprendizagem de ordem orgânica, psicológica, social ou outra. É imprescindível ao professor, antes de rotular os seus alunos, conhecer os problemas mais comuns no ensino e na aprendizagem para que seu horizonte de reflexão e, conseqüentemente, as suas percepções e a visão do processo ensino-aprendizagem como um todo se ampliem.

A intervenção de um profissional apto é de grande importância, pois esta veio a introduzir uma contribuição mais rica no enfoque pedagógico. O processo de aprendizagem da criança é compreendido como um processo pluricausal e abrangente, implicando componentes de vários eixos de estruturação: afetivos, cognitivos, motores, sociais, econômicos, políticos entre outros. A causa do processo de aprendizagem, bem como das dificuldades de aprendizagem, deixa de ser localizada somente no aluno e no professor e passa a ser vista como um processo maior com inúmeras variáveis que precisam ser apreendidas com bastante cuidado pelo docente e toda equipe técnico-pedagógica (Ramos, 1999).

A educação inclusiva existe no papel e nas leis de forma clara e objetiva, contudo, na realidade, deixa muito a desejar. Assim, essa pesquisa se faz necessária, pois fará uma averiguação das leis e do que acontece na prática com esses alunos inclusos.

É primordial fazer com que os pais se conscientizem da sua função de educadores e socializadores, pois não é apenas a escola que tem esse compromisso. A propósito dessa discussão, convém lembrar que é no seio familiar que ocorrem as primeiras interações da criança com o meio em que vive e, mais

ainda, é nas primeiras relações mãe e filho que tem início o processo de aprendizagem.

Segundo Santos (1999), não resta dúvida de que hoje em dia, mais do que nunca, a família deve ser vista e tratada como um parceiro a mais no processo de quebra das barreiras que impedem a participação e a inclusão social de seus integrantes.

Essa proposta visa realizar um estudo que mostre aos educadores a necessidade urgente em oferecer uma atenção especial em sala de aula fazendo com que os alunos inclusivos sejam vistos de forma igualitária entre os docentes e outros discentes e garantido a esses seus direitos igualitários, buscando mostrar a necessidade de trabalhar esses alunos de forma a serem percebidos pelos professores embasados em práticas pedagógicas específicas, adequadas para esse alunado. Defende um aperfeiçoamento por parte dos professores para trabalharem com esses alunos e mostrar a importância da igualdade entre eles e os outros e dos outros para com eles.

Assim, pretende-se com todo exposto nesta dissertação contribuir para uma prática pedagógica mais eficaz, para uma intervenção e aprendizado satisfatório diante das necessidades educativas especiais dos alunos.

1ª PARTE
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO HISTÓRICO

A importância da educação inclusiva para um bom desempenho do incluso na escola se fundamenta nos estudos embasados na declaração de Salamanca, nas leis de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) bem como entre muitos autores.

A partir da Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada em 1990, em Jontien, Tailândia, os movimentos internacionais recomendam a necessidade de construir espaços educacionais, na perspectiva de educação de qualidade para todos. Neste sentido, compromissos éticos e políticos foram consolidados num esforço coletivo para assegurar a democratização da educação, independente das diferenças particulares dos alunos (Assis e Avance 2004).

A Declaração de Salamanca reflete um consenso mundial sobre a necessidade de mudanças fundamentais que transformem em realidade uma educação capaz de reconhecer as diferenças, promoverem a aprendizagem e atender as necessidades de cada criança individualmente.

Faz-se necessário que as escolas se ajustem às necessidades dos alunos, quaisquer que sejam as suas condições físicas, sociais e linguísticas. Quando falam “alunos” a declaração inclui aquelas que vivem nas ruas, as que trabalham os nômades, as de minorias étnicas, as religiosas, aos migrantes, aos menores de seis anos, aos alunos com distúrbios de aprendizagem, aos portadores de necessidade especial, além dos que se desenvolvem a margem da sociedade.

“Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deva ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios”; “os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades”; a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente àqueles portadores de deficiências (Declaração de Salamanca – 1994, p. 38).

A LDBEN – 9394/96, em seu capítulo V, se refere à Educação Especial como modalidade da Educação Escolar Regular. Entretanto é necessário o exercício

da compreensão de Educação Especial numa nova perspectiva, exigindo uma leitura ampla e dinâmica que extrapole os limites do capítulo a ela destinado, realizando as interfaces necessárias com a totalidade dos dispositivos preconizados (Brasil, 1997).

Considerando o Decreto 3298/99 que Regulamenta a Lei 7853/89, referente à Proposta Nacional para a Integração da pessoa portadora de deficiência, e frente às possibilidades explicitadas no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), se faz necessário redimensionar o atendimento as pessoas com necessidades educacionais especiais, assegurando o seu acesso, ingresso, permanência e sucesso escolar, bem como sua terminalidade acadêmica.

Entretanto, se sabe que a legislação, por si só, não basta, não se pode achar que o direito à matrícula seja entendido como cumprimento do dever constitucional; as mudanças educacionais, previstas em lei, somente ocorrerão se todos – governo, educadores, alunos, pais, comunidades em geral – unirem esforços na luta pela garantia do direito de uma escola de qualidade para todos.

As expressões: "Integrado" e "Inclusivo" são frequentemente utilizadas indiscriminadamente, como se tivessem o mesmo significado. No entanto, representam grandes diferenças em sua filosofia. É útil clarificar os significados diferentes assim como é útil que os ativistas utilizem a mesma linguagem.

Em algumas línguas nem sempre é possível fazer-se a distinção entre a integração e a inclusão. No entanto, é útil compreender a diferença em português, pois, essa diferença é importante na promoção de práticas mais inclusivas. Uma definição simples será: O ensino integrado refere-se às crianças frequentarem as escolas regulares (ou seja, o foco está nas taxas de frequência) (Corrêa, 2001).

O ensino inclusivo refere-se às crianças com necessidades educativas especiais aprenderem eficazmente quando frequentam as escolas regulares (ou seja, o foco está na qualidade do ensino).

No Brasil, a diferença é muito grande e precisa ser considerada. Tem acontecido em diversas regiões do Brasil, que por ser muito grande, tem desigualdades muito significativas em relação a ensino e maneiras de ensinar os alunos, pois o Governo Federal determina que crianças com necessidades educativas especiais frequentem escolas comuns, mas o problema é que, em geral, os educadores não estão devidamente preparados para conviver com a diversidade humana de seus alunos, simplesmente os colocam na sala de aula, geralmente no fundo da sala, em algum lugar onde fique isolado, sem "perturbar" os demais

colegas, isso leva a um índice lamentável de crianças especiais sem um preparo educativo, interferindo assim na vida futura.

Os educadores teriam muito a aprender com crianças especiais, se desde cedo tiverem contato com eles. Mas, isso não acontece e, sendo assim, há uma probabilidade muito grande desses alunos desenvolverem dentro de si sentimentos de solidariedade humana, de afeto, que fará com que um dia, adultos, esses alunos tenham uma visão muito mais generosa do que significa ser companheiro, ser colega, ser leal, ter compreensão da ética nas relações humanas.

Ensino inclusivo, como chamado no Brasil, é alvo de enormes polêmicas entre os defensores do ensino "especial" para crianças com deficiências e os que pregam "educação para todos" conforme decisão da UNESCO, devidamente referenciada pelo Governo Brasileiro, que aponta para a importância da mudança a ser introduzida dentro da escola.

A escola deve ser um ambiente acolhedor para todos os alunos que a frequentam, deve ser alegre, motivadora, e o docente da sala de aula deve, segundo muitos especialistas, ter o chamado "professor apoio", que estará atento a todas as crianças e prestando atenção às limitações visuais, ou auditivas, sensoriais, ou de aprendizado dos alunos, para que estes se sintam motivados a produzir mais, até o máximo de seu potencial, tudo isso feito com compreensão e carinho (Morin, 1996).

O termo integração tem aparecido associado ao termo inovação educacional, o qual foi utilizado na Espanha na década de 80. Este último se refere a uma escola mais aberta e flexível para acolher uma diversidade de alunos com diferentes interesses, motivações e capacidades de aprender.

O processo de integração tem o caráter de um programa aberto que dá lugar a projetos diversificados nos diferentes centros educacionais, adequando seus recursos e metodologias, não somente aos alunos com necessidades especiais, mas também aos alunos regulares. De acordo com tais ideias, deverá ocorrer uma mudança positiva e significativa em relação ao projeto pedagógico global, o que resultará num tratamento mais adequado à diversidade.

É observável uma mudança positiva e significativa em relação ao planejamento pedagógico, tanto para os alunos regulares como para os alunos com necessidades educacionais especiais. Não houve prejuízos em função da integração, isto é, a aprendizagem tem sido satisfatória, seguindo o padrão de desenvolvimento de cada um.

A ideia de integração de alunos com necessidades educativas especiais na escola de ensino regular tem como objetivo primordial promover a integração social constituindo-se numa meta cada vez mais presente nos diferentes sistemas educacionais.

Atender a esse objetivo requer o desprendimento das atitudes tradicionais que sustentam o sistema escolar. Isto porque a característica mais marcante na abordagem de um ensino tradicional consiste em reduzir as oportunidades oferecidas aos alunos. Assim sendo, segundo Casali (2004, p.102) “O currículo mostra-se limitado e não proporciona uma interação nas relações que se estabelecem entre professores alunos”.

A integração dos indivíduos com necessidades educativas especiais dependerá do processo de relações dialéticas constituído desde as primeiras vivências no seu grupo de referência. Em outros termos, é preciso que haja aceitação dos alunos com NEE (necessidades educativas especiais) por parte dos demais participantes da comunidade. Além disso, haverá uma vontade política para a construção de uma prática social menos segregacionista e preconceituosa.

As atitudes de rejeição _ estigmas e posturas preconceituosas transmitidas culturalmente -- criam barreiras sociais e físicas que dificultam o processo de inclusão. Dentre as rejeições, a maior barreira consiste na tendência de não se acreditar no potencial de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com necessidades especiais.

Considerando a complexidade da vida em sociedade, caracterizada pela convivência de pessoas tidas como normais com tantas outras concebidas como anormais, a integração constitui uma via de mão dupla, na qual deficientes ou não, devem interagir na construção de um entendimento comum.

O caminho para isso está no reconhecimento da diferença que, por mais acentuada que seja, representa apenas um dado a mais no universo plural em que vivemos, sem que isto signifique a perda do essencial da existência: a sua humanidade.

Para trabalhar a importância da educação inclusiva para o bom desempenho da escola, o desafio é múltiplo, trazendo inúmeras possibilidades de práticas filosóficas e sociais, que podem colaborar para o desenvolvimento intelectual e sensorial daqueles com necessidades especiais, aumentando a sua capacidade de relacionar-se com o meio cultural, social e familiar e garantir assim o exercício de

sua cidadania. Lançando um novo olhar sobre essas evidências, estas constatadas por Ramos, quando afirma que:

“Temos convivido histórica e cotidianamente com práticas de exclusão”, percebi que é fundamental refletirmos sobre a nossa função social “... Tornamo-nos limitados e limitadores por viver dentro de uma norma que é definida socialmente como válida e não por correremos o risco de sermos precursores de novas normas (Ramos, 1999, p.57).

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas nos alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exigem das escolas brasileiras novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão (Mantoan, 1997).

O sucesso da inclusão de alunos na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. Esse sucesso é alcançável quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não se limitam apenas neles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

Toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte. A trajetória escolar não é algo perigoso nem ameaçado, na qual os alunos não possam integrar-se. Mas há sistemas organizacionais de ensino que tornam esse percurso escolar muito difícil de ser vencida, uma verdadeira competição.

Infelizmente, existe esse sistema, que prevê a exclusão de algumas crianças, que têm déficits temporários ou permanentes e em função dos quais apresentam dificuldades para aprender, é o que muito apropriadamente se

denomina sistema de cascata. Esse sistema contrapõe-se à melhoria do ensino nas escolas, pois mantém um subsistema ativo, especial, que atende aos que caíram na cascata, por não conseguirem corresponder às exigências e expectativas da escola.

Para se evitar a queda na cascata, na maioria das vezes sem volta, é preciso tomar um rumo em prol de enfrentar a cascata, ou seja, ir contra ela enfrentando os desafios da inclusão: o ensino de baixa qualidade e o subsistema de ensino especial, desvinculado, justaposto e não verdadeiramente integrado ao regular.

Priorizar a qualidade do ensino regular é um desafio que precisa ser assumido por todos. É uma tarefa inadiável, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social.

A Lei Educacional que propõe a viabilização de novas alternativas em prol da melhoria do ensino nas escolas, ainda está longe, na maioria dos casos, de estar abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente. O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com NEE em espaços escolares semi ou totalmente segregados, espaços estes que são classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, escolas especiais, os serviços de itinerância, ou mesmo projetos que negam a oportunidade dessas pessoas estudarem nas turmas regulares, porque os professores não estão “preparados” ou porque são casos muito graves para tirarem proveito do processo escolar.

Para melhorar as condições do ensino na atualidade e ministrado nas escolas, se faz necessário visar um ponto primordial que é a universalização, ou seja, a inclusão de todos, incondicionalmente, nas turmas escolares, democratizando a educação.

Estas ações estão fundamentadas na Proposta Triangular, referência básica do Projeto Arte na Escola, onde a postura do educador parte da concepção de que os conteúdos são articulados em três áreas: a produção, a fruição e a contextualização. Esta prática estimula a atualização dos conhecimentos nas tendências de educação propostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Contudo se espera que os avanços e retrocessos explanados nesse tópico, possam trazer mudanças relevantes para a educação inclusiva no Brasil, e mais que isso, que esses avanços possam sair do papel para a realidade.

1.1. LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO

A legislação na inclusão serve como dispositivos legais que sustentam às linhas de ação estabelecidas, pois se constituem em preceitos a serem respeitados e utilizados como ferramentas para embasar as ações que levem ao cumprimento das determinações contidas nos textos e nas recomendações de organismos internacionais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela III Assembleia Geral Ordinária da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948 garante, em seu artigo 26, que todo homem tem direito à educação, ressaltando-se sua gratuidade, pelo menos no Ensino Fundamental.

A Constituição de 1988, em seu artigo 6º descreve a educação como um direito social de todo o brasileiro e no artigo 206, Inciso I, defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O artigo 208 garante: Inciso I, o Ensino Fundamental, gratuitamente, a todos, independente de idade; Inciso III refere-se ao atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e o Inciso VII faz menção aos programas suplementares, o material didático, entre outras necessidades de apoio. Além da Carta Magna, outros documentos brasileiros também garantem a igualdade de direitos de todos os bens e serviços historicamente acumulados e disponíveis na sociedade.

a) O estatuto da criança e do adolescente de 1990, em seu artigo 5º garante os direitos constitucionais fundamentais da criança e do adolescente. O artigo 53, incisos I, II e III – lhes assegura igualdade de condições, acesso e permanência na escola pública e gratuita, próxima a sua residência, bem como o artigo 54 lhes confere o direito ao atendimento especializado.

b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/96 – em seu capítulo V refere-se à Educação Especial como modalidade da Educação Escolar, que deverá ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, particularmente aos alunos com necessidades especiais, havendo, quando necessário, serviços de apoio (BRASIL, 1997).

Frente às possibilidades explicitadas no texto da LDBEN e dos demais dispositivos legais, faz-se necessário redimensionar o atendimento às pessoas com

necessidades educacionais especiais, assegurando o seu acesso, ingresso, permanência e sucesso escolar, bem como sua terminalidade acadêmica.

a) A necessidade de construirmos espaços educacionais na perspectiva de educação de qualidade para todos, conforme preconizado na Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada em 1990, em Jontien, Tailândia. Neste sentido, compromissos éticos e políticos foram consolidados num esforço coletivo, para assegurar a democratização da educação, independentemente das diferenças particulares dos alunos;

b) A necessidade de mudanças fundamentais que transformem em realidade uma educação capaz de reconhecer as diferenças, promoverem a aprendizagem e atender às necessidades de cada pessoa, individualmente;

c) Que as escolas ajustem-se às necessidades dos alunos, quaisquer que sejam as suas condições físicas, sociais, linguísticas, incluindo aquelas crianças que vivem nas ruas, as que trabalham os nômades, as de minorias étnicas e religiosas, as migrantes, as menores de seis anos, os alunos com distúrbio de aprendizagem, os portadores de deficiência, além dos que se desenvolvem à margem da sociedade, tal como consta da Declaração de Salamanca, desde 1994, refletindo um consenso mundial.

Todos os movimentos de âmbito internacional em prol da educação de qualidade para todos, ocorridos na última década, estão em consonância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, da qual o Brasil é um dos signatários. Entretanto, como já afirmamos a legislação, por si só, não basta às garantias educacionais, previstas na lei e em recomendações nacionais e internacionais, que somente ocorrerão se o governo, educadores, alunos, pais e comunidade em geral unirem esforços pela consolidação do direito a uma escola de qualidade para todos.

Por isso ao destacar as leis que inclui os alunos especiais na educação, se fazem necessários que os educadores sejam preparados para essa inclusão e que essas possam realmente ser efetivadas na atualidade.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E POSTURA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A importância da formação e postura do professor na educação especial parte de um grande desafio. Hoje se fala muito em atualização, capacitação,

formação permanente em serviço, quando não em treinamento de professores. No entanto, cabe refletir sobre o tipo de profissional que está na sala de aula e quais os requisitos são essenciais a um educador do tempo moderno.

Quando citamos esses dois pontos acima, logo se observa que as respostas são complexas e têm a ver com a concepção de mundo que cada um possui. Um dos grandes desafios é rever a concepção de conhecimento, romper os limites positivistas, conceber o conhecimento como uma construção dinâmica, ver esse ponto em prol de um recurso a ser mobilizado para desenvolver competências que permitam aos indivíduos interferir na sua realidade, identificando e resolvendo os problemas e os desafios colocados pela vida social, de forma autônoma.

Segundo Morin (1996), a sociedade está desarmada para a compreensão das realidades complexas, porque ao homem foi dada uma educação que lhe ensinou a fragmentar a realidade, ver os fenômenos isolados, fraturar e separar as coisas. O homem pode compreender os fenômenos, retirando-os de seu contexto, compartimentando-os em disciplinas.

Considerando a citação acima, quando o conhecimento é associado ao contexto social, está se desvendando a realidade, respaldando-a para uma escola da vida dos tempos modernos.

Nos novos paradigmas para a educação inclusiva, não basta criar espaços, oportunidades e tecnologias de formação de educadores. O grande desafio é qual a formação necessária para a inserção da educação.

A construção e a continuidade de uma educação capaz de ligar os conhecimentos às práticas sociais, orientada para a construção da cidadania, da autonomia e para a democracia, são aprendizados necessários aos educadores da atualidade.

Cabe ao educador realizar uma análise na prática pedagógica, pois, esta é uma fonte de informação riquíssima e pertinente, quando o objetivo proposto é sua mudança de postura; identificar os sucessos significativos de ensino-aprendizagem aos quais sua prática atual o conduz; verificar as regularidades de suas ações docentes e suas contradições. Quais formas de trabalho são mais satisfatórias e levam seus alunos com NEE a construírem conhecimentos novos buscando unir relações existentes entre o que sustenta a teoria e o que efetivamente realiza a prática? (Morim, 1996).

Seria de grande valia a existência de um treinamento pré-profissional que fornecesse a todos os estudantes orientação positiva frente à deficiência, desta forma, desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançada nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e inclui a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades (Morim, 1996).

Existem habilitações para formação de professores de alunos com deficiência, mas estes deveriam passar a se dedicar a aprofundarem o conhecimento pedagógico deste profissional, de modo que pudessem entender melhor a criança em geral, no seu desenvolvimento, ou seja, os professores precisam dominar cada vez mais os conteúdos curriculares, os processos de ensino e de aprendizagem (Morim, 1996).

O tratamento das questões relativas ao ensino de pessoas com deficiência na formação geral dos educadores eliminaria, em grande parte, os obstáculos que se interpõem entre a escola regular e esses alunos. A formação única para todos os educadores propiciaria a tão esperada fusão entre a Educação Especial e regular, nos sistemas escolares.

A ação do professor, tanto no que se refere ao seu planejamento, como a sua atuação efetiva na vivência de sala de aula, é determinada pelo seu jeito de pensar a vida, pela sua visão de mundo, pela leitura que faz da sociedade, da educação, do ensino, do seu papel no trabalho, de si mesmo enquanto cidadão, de seu compromisso com o aluno, da relação professor/aluno. Todas essas idéias, essas concepções, constituem uma verdadeira teoria pessoal, subjetiva, particular, resultado da história de vida de cada um.

Assim, considera-se que é necessário buscar formas do aluno manifestar o que pode aprender e não se preocupar com as rotulações; organizar práticas educativas que permitam aos alunos oferecerem uns aos outros, ajuda para a solução das dificuldades; utilizar as experiências de vida do próprio aluno como fator motivador da aprendizagem dele; ser flexível nos métodos de avaliação, pois os testes, provas e exames provocam medo e ansiedade nos alunos e contribuir para a construção de uma escola de qualidade para todos, cooperando com o

aprimoramento do sistema escolar, no sentido de melhorar o acesso à educação das pessoas com NEE.

1.3 PERSPECTIVAS A SEREM ALCANÇADAS NA ESCOLA

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolverem e tornarem-se cidadãos. Alguém com identidade social e cultural em prol de melhorar as condições da escola e formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

A inclusão escolar remete questões de estrutura e de funcionamento que subvertem os paradigmas e que implicam em um redimensionamento de seu papel, para um mundo que evolui constantemente. O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social.

A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira. A inclusão é reveladora dessa distância que precisa ser preenchida com as ações que relacionamos anteriormente. Assim sendo, o futuro da escola inclusiva está, dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos.

Se na atualidade ainda são experiências locais, as que estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, estas experiências têm a força do óbvio e a clareza da simplicidade e só essas virtudes são suficientes para se antever o crescimento desse novo paradigma no sistema educacional.

Portanto não se muda a escola como mágica. A implantação da escola de qualidade é igualitária, justa e acolhedora para todos, é um sonho possível. A aparente fragilidade das pequenas iniciativas, ou seja, essas experiências locais que têm sido suficientes para enfrentar o poder da máquina educacional, velha e

enferrujada, com segurança e tranquilidade. Essas iniciativas têm mostrado a viabilidade da inclusão escolar nas instituições de ensino no Brasil.

1.4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os desafios da educação especial são vários, a começar pela falta de habilidade dos educadores para com esses alunos e pela falta de incentivo para com os educadores, pois os mesmos não são preparados para lidar com tais alunos.

A educação inclusiva na atualidade deixa muito a desejar, embora familiares e comunidade em geral busquem a escola de melhor qualidade para todos, mas, infelizmente as crianças especiais são prejudicadas por falta de educadores que conheçam a verdadeira forma de trabalhar. Autores nacionais e internacionais que se dedicam ao estudo da inclusão reconhecem que inúmeros são os obstáculos existentes.

Diante das crianças especiais os educadores assumiram uma postura de negação e fuga, deixando de enfrentá-los ou encarando-os como desafios a serem superados. Portanto, se fazem necessárias algumas ações do enfrentamento a essas barreiras. Tais ações alicerçam uma crença no potencial humano e na vontade de "fazer acontecer" e não apenas fazer por fazer.

Objetivando a organização didática, os desafios são vários e estão correlacionados segundo grandes categorias de análise: aspectos atitudinais; o sistema educacional; a comunidade escolar; com destaque ao aluno; barreiras ambientais e a sociedade em geral.

Os aspectos atitudinais estão relacionados a preconceitos embasados nas deficiências, pois a leitura que se faz enfoca apenas o que lê "não é capaz", negando as suas capacidades, consequências da própria formação ideológica do sistema, pois existem ideias que só o dito normal é "capaz" gerando atitude de exclusão, e ainda o desconhecimento da problemática do portador de deficiência que cria mitos, no imaginário coletivo, acerca deles e conseqüentemente gera um "medo" de enfrentá-lo dificultando uma leitura de suas potencialidades.

Os portadores de deficiência mental apresentam menor capacidade de entender as regras e de suportar frustrações, além de controlar menos reações primitivas, como agressividade e impulsividade. Quando o problema

é leve, em geral eles conseguem acompanhar o curso até a quinta série. A partir daí como demoram mais tempo para desenvolver o pensamento abstrato, tendem a ir mais devagar. Em outros tipos de deficiência, o aluno pode aprender até a terceira série do ensino fundamental e, nas mais severas, a alfabetização é impossibilitada. Broncas, castigos ou expectativas excessivas só servem para deixá-los tensos (Tiba, 2000, p.119).

No sistema educacional, verifica-se que o trabalho é desarticulado internamente no órgão central e entre os segmentos da estrutura e que a departamentalização gera a desarticulação nas políticas educacionais.

Logo existe a necessidade de parcerias, em ação conjunta, pensando em Educação Inclusiva, ou seja, significa reconhecer que necessidades educacionais especiais permanentes, extrapolam o fazer da escola e, por conseguinte, será indispensável à integração dos serviços educacionais com outros serviços de apoio.

1.5 COMO PROMOVER A APRENDIZAGEM ESCOLAR

Na promoção da aprendizagem na escola o desafio é fazer da escola especial uma escola de qualidade, se especializando em promover a aprendizagem a todos os alunos, respeitando a singularidade educativa do sujeito, que se responsabilize pelos índices de repetência e evasão, que não condene parte dos educandos ao fracasso, a serem considerados sujeitos educativos especiais, com projetos educacionais diferentes, muitas vezes menores e irrelevantes, ou seja, que tenha uma política de educação de cunho inclusivo, e não prime pela exclusão (TIBA, 2000).

O ideário social, o censo comum, as representações sociais negativas que se fazem a respeito dos portadores de deficiência, produto do desconhecimento, e/ou informações deturpadas, são questões que deverão ser consideradas, no momento da divulgação e implantação da proposta de Educação Inclusiva, sob pena de não se obter respostas positivas efetivas (Tiba, 2000).

A comunidade escolar precisa ver um mundo novo através da elaboração de uma proposta pedagógica com uma gestão descentralizadora, pois em tempos de escola inclusiva, de construção do projeto político pedagógico, não se pode admitir uma gestão centralizadora, que dita normas e exerce o controle, sob o perigo de não se fazer educação de qualidade para ninguém. Neste sentido, há necessidade de promover as adaptações curriculares, pois as diferenças, muitas vezes necessitam

de respostas educativas adequadas. A utilização de adaptações curriculares proporcionará a individualização do processo de ensino-aprendizagem, entretanto, pelo desconhecimento entre os educadores, isso tem gerado muita polêmica.

Pensar em uma escola que seja especial para todos, que não se omita diante do fracasso e insucesso de seus alunos, e considerar que ela só se faz de fato quando conta com um número suficiente de profissionais capacitados e comprometidos com a qualidade de ensino, que tenham necessidade de atualização permanente e a escola propicie a melhoria contínua na formação dos profissionais envolvidos no projeto pedagógico da escola. A descontinuidade e a segmentação na formação impedem que o conhecimento seja agregado ao profissional que servirá de agente multiplicador (Tiba, 2000).

Os professores e a equipe técnico-pedagógica da escola desconhecem as dificuldades de aprendizagens, de modo geral, apresentadas pelos alunos em sala de aula, por não constarem nas grades curriculares de formação, tanto no ensino médio como na educação superior, conteúdos referentes a esta problemática. Mesmo os cursos de capacitação fornecem aos professores uma teoria distante da prática escolar e a maioria deles está preparada somente para trabalhar com turmas homogêneas, onde os alunos apresentam facilidade de aprendizagem. Não se sentem aptos para atender as diferenças individuais.

Dentro da comunidade escolar, o desconhecimento e o despreparo dos profissionais quanto as necessidade educacionais especiais do aluno, favorece e acentua os preconceitos, mitos, tabus e rejeição a este aluno. A escola também socializa os alunos não somente através daquilo que ensina no currículo explícito, mas muito no que é transmitido no currículo oculto (Tiba, 2000).

É necessário salientar o grande número de alunos em sala de aula que dificulta o trabalho individualizado do professor, no atendimento à necessidade dos mesmos. Geralmente a atitude do professor em grupos muito numerosos, tende a exigir comportamento facilmente controlável e, como tal, homogêneos, e também a disposição rotineira da padronização do mobiliário no contexto de sala de aula, limita a troca de experiência, colaboração mútua, bem como, as inter-relações pessoais, visto que todos estão olhando o foco, que é o professor e o quadro negro, trabalhando com práticas pedagógicas tradicionais, totalmente desintegradas do contexto social, não atendendo a real necessidade de interesse dos alunos.

Conseqüentemente, na atualidade ainda existem as aulas monótonas e rotineiras, principalmente pela repetitividade das técnicas de ensino, fazendo com que o professor ensine da mesma forma para todos supondo que todos tenham as mesmas capacidades.

1.6 PROBLEMAS A SEREM ENFRENTADOS PELO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Atualmente, as mudanças são constantes e o problema mais difícil enfrentado pelos professores é a insegurança frente ao novo, ou seja, a essas mudanças, pois influi na sua prática pedagógica em sala de aula, quando se depara com as necessidades educacionais especiais. Como organizar as aulas, propiciar o desenvolvimento e aprendizagem, manejar eficazmente as diferenças e outras demandas que possa vir a ser apresentadas na educação inclusiva, com a insuficiência de material didático-pedagógico, que limita o avanço na construção do processo de ensino-aprendizagem. Faz-se necessário o uso de materiais concretos, sobretudo na fase de elaboração de imagens mentais que constituirão os elementos organizadores dos pensadores (Porter, 1997).

Os professores do ensino regular sentem dificuldades em lidar com crianças especiais, devido ao seu despreparo não podendo desenvolver satisfatoriamente a prática pedagógica, estando desarticulado de uma rede de apoio especializada, e o pouco recurso didático pedagógico e o salário insuficiente para cumprir as exigências sociais podem desencadear ainda sua baixa autoestima, refletindo negativamente em sua ação pedagógica (Porter, 1997).

A falta de compromisso ou a pouca participação dos membros da comunidade escolar nas decisões dos processos deliberativos, dificulta a efetivação de qualquer ação que venha a ser desencadeada na escola (Porter, 1997).

A ausência de orientação e apoio à família, no que diz respeito ao processo educacional de seus filhos com NEE, é um fator que prejudica o desenvolvimento acadêmico e social do aluno, além de delegar à escola o poder decisório dos encaminhamentos e atendimentos pedagógicos a estes. Conforme lembra Porter:

A escola inclusiva não deve ser considerada em termos de alunos deficientes, mas sim, em termos de como é possível desenvolver a prática

dos professores enquanto profissionais da educação, num esforço por uma educação de qualidade a todos (Porter, 1997, p.18).

As barreiras para a acessibilidade física impedem o acesso à permanência com sucesso dos alunos nas escolas constituindo barreiras para a aprendizagem, somando-se a isto a organização no atual modelo que tem dificultado o atendimento individualizado com relação às necessidades de cada um, assim como na valorização das conseqüências e contribuindo também para a ineficiência do processo educativo da escola.

A ausência de participação dos diferentes segmentos da comunidade, bem como, da família nas decisões das ações desencadeadas nas escolas, reforçam práticas autoritárias e excludentes.

Ações administrativas e pedagógicas tradicionais e o despreparo do professor como a equipe técnico-pedagógico da escola impedem ações práticas de currículos mais flexíveis.

Devido às questões acima citadas o aluno se sente incapaz de fazer o que lhe é proposto, levando-o assim, a um sentimento de menos valia devido às limitações inerentes às suas características pessoais e sociais, com dificuldades de permanência com o sucesso, pois as avaliações são rotuladoras.

A sociedade como um todo é excludente. A mesma tem medo das diferenças, não estando acostumada a conviver e a lidar com elas. As pessoas com NEE são vistas como obstáculos, com o predomínio da visão assistencialista e paternalista.

1.7 POSICIONAMENTOS QUANTO À INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS

A rigor não foram assinalados aspectos negativos e sim barreiras a serem superadas, devidas à descontinuidade nas articulações entre os Departamentos de Educação Especial (DEE) e a Secretaria de Estado da Educação (SEED) de modo a formar compromissos político-pedagógicos e administrativos que garantam o planejamento conjunto: Educação Regular e Educação Especial: remoção de barreiras arquitetônicas e atitudinais; inclusão responsável: sem extinguir o apoio da Educação Especial; capacitação profissional permanente; suporte técnico, particularmente para o acompanhamento dos alunos e equipe técnico-pedagógica

das escolas; parcerias com órgãos afins para os atendimentos complementares; ressignificação da Educação Especial, com ênfase no trabalho específico que vem sendo desenvolvido, em especial nas Organizações não Governamentais (ONGs).

Os alunos deverão ter direitos para exercer a cidadania como: possibilidade de estar junto; respeito/aceitação/convívio com as diferenças; respeito à dignidade do outro; possibilidade de aprender junto, pois todos têm capacidade de aprender; possibilidade da autoestima positiva; autonomia e independência (Mazzota, 1999).

A escola deve ter uma proposta inclusiva coerente com: possibilidade de sua prática pedagógica por meio de respeito ao deficiente estilo de aprendizagem; respeito à pluralidade cultural; adaptações que a escola deve promover adequando o espaço físico para melhor atender os alunos especiais e também possibilitar a evolução da sociedade, tornando-a mais igualitária, tolerante, cooperativa em benefícios de todos.

Porém, o grau de comprometimento intelectual com deficiência mental (aspectos internos) abrange uma variada escala. Pode-se dizer que em uma das extremidades encontram-se aquelas crianças que desenvolvem habilidades sociais e de comunicação eficientes e funcionais, têm um prejuízo mínimo nas áreas sensoriais motoras e podem apresentar comportamento similar às crianças de sua idade não portadoras de deficiência (Mazzota, 1999).

No centro da escola encontram-se aquelas crianças com nível de comprometimento intelectual mais acentuado, porém capazes de adquirir habilidades sociais e de comunicação, necessitando de apoio e de acompanhamento mais constante para sua aprendizagem e desenvolvimento.

Outras apresentam um significativo rebaixamento intelectual e normalmente associado a outros comprometimentos. Durante os primeiros anos da infância, essas crianças adquirem pouca, ou nenhuma, fala comunicativa e apresentam prejuízos substantivos no desenvolvimento sensório-motor. Beneficia-se de estimulação multissensorial, requerendo um ambiente estruturado, favorável ao seu desenvolvimento e aprendizagem com apoio e acompanhamento constantes. Podemos encontrar uma enorme variedade de formas de apresentação e condições de desenvolvimento e aprendizagem, tantas quantas forem às crianças com deficiência mental: moderada, severa e profunda (Mazzota, 1999).

Moderada: pode adquirir hábitos de autonomia pessoal e social, tendo maiores dificuldades para os últimos. Pode aprender a se comunicar pela linguagem

verbal, mas apresentam frequentemente dificuldades na expressão oral e na compreensão dos convencionalismos sociais. Apresentam desenvolvimento motor aceitável e tem possibilidade de adquirir alguns conhecimentos pré-tecnológicos básicos que lhe permitam realizar algum trabalho. Dificilmente chegam a dominar as técnicas instrumentais de leitura, escrita e cálculo.

Severa: necessita geralmente de proteção e ajuda, pois o seu nível de autonomia tanto social como pessoal é muito pobre. Apresenta muitas vezes problemas psicomotores muito importantes. Poderão aprender algum sistema de comunicação, mas sua linguagem verbal será sempre muito deficitária. Podem ser treinados em algumas atividades de vida diária básica e em aprendizagem pré-tecnológicas muito simples.

Profunda: apresentam grandes problemas sensório-motores e de comunicação com o meio, são dependentes de outras pessoas em quase todas as funções e atividades, pois o seu obstáculo físico e intelectual é gravíssimo. Excepcionalmente, terão autonomia para se deslocar e responder a treino simples de autoajuda.

Considerando assim que o educador precisa saber lidar com as atualizações, precisam fazer mudanças em sala de aula e trabalhar com esses alunos vendo eles não como pedra de tropeço em sala de aula, mas sim como crianças capazes de fazer o melhor e aprenderem, desenvolverem tanto quanto os demais, com virtudes e entendimentos especiais e distintos entre si.

1.8 A ESCOLA E A FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A escola e a família fazem parte de um processo inclusivo que é uma questão que vem sendo discutida desde as primeiras tentativas oficiais de escolarização formal das crianças com NEE. A luta da família pela inclusão é percebida quando se observa que dentre as organizações sociais da sociedade civil, as associações de pais têm mantido um papel de ponta, de vanguarda, mesmo nos momentos em que imperavam políticas de cunho mais assistencialistas.

A família precisa se conscientizar que, além de ter como objetivo genérico preservar, nutrir, bem como proteger as descendências, desenvolve também as funções de fornecer-lhes condições para a aquisição de suas identidades pessoais e

transmissão de valores éticos, morais, religiosos e culturais, através de uma ampla participação na escola (Santos, 1999).

É primordial fazer com que os pais se conscientizem da sua função de educadores e socializadores. A propósito dessa discussão, convém lembrar que é no seio familiar que ocorrem as primeiras interações da criança com o meio em que vive e, mais ainda, é nas primeiras relações mãe e filho que tem início o processo de aprendizagem. Segundo Santos (1999, p. 76):

Não resta dúvida de que hoje em dia, mais do que nunca, a família deve ser vista e tratada como um parceiro a mais no processo de quebra das barreiras que impedem a participação e a inclusão social de seus integrantes.

Com a prioridade da inclusão e da integração da família na escola, mais do que nunca esta deve ser vista e tratada como coagente no processo de cuidados, reabilitação e inclusão. É bem verdade que no Brasil esse agente social chamado família ainda não recebeu o reconhecimento que merecem, pois muitos profissionais chamam a família para prescrever o que esta deve fazer com a criança e não para servir de parceira.

A família e a escola são duas instituições sociais importantes na formação da criança. É nessas duas instâncias que a criança inicia o seu aprendizado nas relações interpessoais. Cabe as duas transformarem uma criança dependente e imatura em uma pessoa responsável, autossuficiente e em condições de contribuir para o bem-estar de sua comunidade (Santos, 1999).

Quando a família se torna ausente no processo educacional de seu filho, cabe à escola buscar estratégias que levem a perceber a importância da escolarização do filho, bem como a obrigatoriedade dessa função. É fundamental, estabelecer parcerias com a família, fazendo-a perceber o quando é importante sua coparticipação no processo educacional.

Essa contribuição é expressa claramente na Declaração de Salamanca, no artigo 61:

Deverão ser estreitas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões em atividades educativas no lar e na escola [...] na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos (Unesco, 1994, p.43).

Segundo o artigo citado fica clara a importância da família e sua responsabilidade pelas primeiras formas de relações educativas, ainda que seja num ambiente extraescolar.

Assim, partindo do pressuposto de que qualquer trabalho que se considere sério e coerente, desenvolvido em centros de tratamento, escolas e outros seguimentos não podem dispensar a participação da família, visto que, a pessoa humana é essencialmente produto dessas relações e as refletirá ao longo de sua vida.

2 . A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA E DA SOCIEDADE NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS ESPECIAIS E SENTIMENTO DE PERTENÇA PSICOLÓGICA EXISTENTE

A escola e a sociedade fazem parte do mundo atual, há diferentes segmentos sociais, que ainda lutam por seus direitos de inclusão na sociedade, como, por exemplo, das mulheres, dos negros, dos sem terras, dos homossexuais e de tantos outros excluídos. Fazer “parte” da sociedade não é uma tarefa fácil e para as crianças com NEE, quaisquer que sejam elas, essa tarefa é mais difícil ainda. De acordo com Sasaki (1999, p. 41):

A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

A sociedade e a escola precisam caminhar juntas para que as práticas inclusivas se tornem realidade um dia. Considerando que lidar com a diversidade é compreender que o indivíduo com necessidades educativas especiais, com ou sem deficiência, cria e recria sua própria cultura. Ser diferente, ter uma situação existencial fora do contexto comum pode se tornar uma possibilidade de busca de uma concepção de ser e conhecer o mundo ao seu redor (Sasaki, 1999).

Na verdade, a sociedade vive a transição entre a integração social e a inclusão. A integração tem sido o esforço de inserir na sociedade as crianças portadoras de necessidades educativas especiais, mas elas deveriam de alguma forma, superar as barreiras físicas.

O discurso acerca da inclusão de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, nas entidades, e nos meios de comunicação. No entanto, ainda se verifica que existem muitas confusões a respeito do que seja a inclusão e a quem se aplica.

A inclusão é entendida como parte de um movimento mais amplo a favor da constituição de uma escola democrática e justa, que garanta acesso e permanência dos alunos em uma escola de qualidade. Em alguns momentos ela é vista como

restrita a discussões sobre a integração de certos grupos em especial no sistema regular de ensino, como é o caso dos portadores de deficiência. Para Mazzotta (1999):

À medida que a função da educação escolar for sendo mais compreendida e explicitada pela sociedade (civil e política), o entendimento do sentido da educação comum ou regular e da educação especial irá se tornando mais claro e generalizado (Mazzotta, 1999, p.124).

É acreditável que a consequência de tudo isto será o avanço das políticas públicas, no sentido de melhor se programarem para atender às necessidades de aprendizagem de todos os seus alunos. Em sua fundamentação, a inclusão deve ser entendida como fazendo parte dum combate mais alargado destinado a suplantar discursos e práticas de exclusão, assumindo-se contra a ideologia que quer ver cada indivíduo completamente separado e isolado.

A diferença é inerente ao ser humano, e reconhecendo a diversidade como algo natural, em que cada ser pode usar de seus direitos coletivos na sociedade, um novo conceito surge, denominado inclusão. "Este é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos" (Mader apud Mantoan, 1997, p. 47).

A inclusão social é vista como um processo pelo qual a sociedade se "adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade" (Sassaki, 1999, p. 41). Incluir, neste âmbito, refere-se a uma proposta baseada no modelo social, que estimula e trabalha o portador de necessidade especial e a sociedade a se conhecerem e juntos buscarem meios para conviverem e solucionarem suas necessidades individuais e coletivas. De acordo com Sassaki (1999, p. 42):

A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambiente físico (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e, meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais.

Como sempre citado a inclusão social luta por uma sociedade igualitária que viva em constante equidade, que proporcione oportunidades para todos, sem excluir qualquer cidadão. Trata-se de uma luta daqueles com necessidades especiais e da

própria sociedade no geral quando acredita na capacidade de atender às necessidades de seus membros.

A prática da inclusão social está baseada em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.

Martins (1999, p. 18) entende que: “[...] a resposta à diversidade se constitui em um dos fatores mais importantes para conseguir um ensino de qualidade, porém, ao mesmo tempo, sabe-se que não é algo fácil de alcançar”.

De forma diferente da segregação, a inclusão do ser humano no meio social é benéfica quando o mesmo participa das decisões, abre caminhos para uma vida digna, mantém o respeito mútuo valorizando o “eu” na sua individualidade, faz remover barreiras impostas pela exclusão possibilitando a qualquer pessoa o direito de ser diferente (Martins, 1999). Sasaki (1999, p. 42) entende que:

Quanto mais sistemas comuns da sociedade adotar a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para toda a sociedade inclusiva, colocando em prática o que é almejado pela Constituição Federal/1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, LDB e Declaração de Salamanca.

Uma sociedade torna-se inclusiva quando aceita as diferenças individuais, valoriza cada pessoa, propicia uma convivência dentro da diversidade humana, favorece uma aprendizagem através da cooperação, estimula a participação de cada um, reconhece o potencial de todo cidadão, oferece oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma, autodeterminada e reconhecem todos os seres humanos como cidadãos livres e iguais.

Desta forma, a inclusão visa beneficiar a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver. Trata-se de um ideal, sem dúvida. Um ideal que pressupõe um mundo diferente do atual, em que a agressividade e a competitividade não sejam tão avassaladoras. Um mundo no qual a cooperação não tenha como pressuposto moral a piedade.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO SENTIMENTO DE PERTENÇA

Nossa sociedade está vivendo momentos de grandes transformações acompanhadas de incertezas, havendo valorização, produtividade e competitividade principalmente, na educação como nos demais segmentos da vida da humanidade. Na educação do século XVII, existia, o processo de mudanças onde a sociedade passou a exigir contribuição para a formação, de um novo sujeito e o conhecimento passa a ser um diálogo. Sabemos que essa formação é considerada como uma das mais responsáveis pelos problemas da educação, e se pararmos pra pensar em educação, de imediato, necessitamos na formação docente acompanhada de suas práticas pedagógicas, com qualidade, para entendermos a formação docente e os desenvolvimentos dos saberes, exige-se, qualificação, valorização profissional e políticas, adequadas acompanhadas com o trabalho do professor.

Ao discutir a formação de professores a hipótese, onde há dois caminhos, um deles passava a diz respeitar o professor como aluno e o professor como docente. Vem sendo discutido, por alguns educadores a formação de professores e suas práticas pedagógicas, tendo um vínculo entre teoria e prática não são equivalentes. A formação e profissão tem uma revisão sobre a compreensão, da prática pedagógica, que é considerada, como um mobilizador de saberes, podemos dizer, que sua trajetória constrói e reconstrói os conhecimentos obtidos, conforme suas necessidades e utilização, suas experiências, percursos formativos e profissionais.

O modelo de formação proposto baseia-se numa reflexão, do professorado sobre a sua prática docente, que lhe permite repensar, a sua teoria implícita do ensino, os seus esquemas básicos de funcionamento e as próprias atitudes (MEC apud Garcia, 1999, p. 530).

Segundo Garcia (1999) a formação docente destaca-se o valor da prática, como a análise e reflexão, onde tanto a teoria como a prática andam juntas separam-se apenas nas questões didáticas. Sendo a didática uma disciplina que serve, para observar o problema, ou seja, a situação em que o aprendiz se encontra no momento, portanto estamos contribuindo uma prática pedagógica, é muito importante que ande juntas durante todo o processo de formação.

Segundo Garcia (1999, p. 21-22): A formação apresenta-se nos como um fenômeno complexo e diverso sobre o qual existem apenas escassas conceptualizações e ainda menos acordo em relação, as dimensões e teorias mais relevantes, para a sua análise. [...] Em primeiro lugar a formação como realidade conceptual, não se identifica nem se dilui dentro de outros conceitos que também se usam, tais como educação, ensino treino, etc. em segundo lugar, o conceito formação inclui uma dimensão pessoal de desenvolvimento, humano global que é preciso ter em conta fosse a outras concepções eminentemente técnicas. Em terceiro lugar, o conceito formação, tem o ver com a capacidade de formação, assim como com a vontade de formação (Garcia, 1999, p. 21-22).

Nesse sentido é importante que o teórico faça uma análise e reflexão de forma global sobre a vida do aluno e profissional.

O professor é um mediador que tem como função trocar conhecimentos com, o aprendiz, buscando sempre o que ele já sabe para que juntos, ambos fazem aprendizagens significativas. Essa é uma forma bem interessante de se trabalhar, com os aprendizes, portanto, é onde na maioria das vezes que eles conseguem assimilarem mais e obterem melhores rendimentos, transmitidos pelos educandos, com essa forma de trocar conhecimentos sempre aproveitando, um pouco da bagagem que eles trazem.

Quanto mais seriamente você está comprometido com a busca da transformação, mais rigoroso você deve ser, mais você tem de buscar o conhecimento, mais você tem de estimular os estudantes a se prepararem, científica e tecnicamente para sociedade real na qual eles ainda vivem. (Freire, shor, 1986, p. 86).

Segundo Paulo Freire quanto mais se busca transformação e conhecimento mais estimula-se os estudantes a se prepararem científica e tecnicamente para a sociedade em que vivem. Já para Durkhim as teorias chamadas, pedagógicas são especulações de gêneros muito diversos, tendo como objetivo descrever ou explicar o que e, sendo que não são orientados nem para o presente, nem para o passado e sem para o futuro.

As teorias chamadas pedagógicas são especulações de gênero muito diverso. Seu objetivo não é o de descrever ou explicar o que é ou que tem sido, mas de determinar o que deve ser. Não estão orientados nem para o presente nem para o passado mais para o futuro. Não se propõem a exprimir fielmente certas realidades, mas a expor preceitos de condutas. Elas na dizem: "eis o que existe e por que existe". Mas, sim: "eis o que será preciso fazer?" (Berger, 1976, p. 64).

Mesmo com as transformações ocorridas, com relação a formação de professores ainda existe coisas que deixam a desejar, havendo grandes dificuldades, principalmente quando se trata das metodologias aplicadas na sala de aula convém lembrar que algumas profissionais mesmo tendo todos esses recursos didáticas, cursos de capacitação, não buscam desenvolver a prática pedagógica, como deveria ser executada diante, de uma sala de aula, tornando assim muitas dificuldades no processo de aprendizagem do aprendiz.

Segundo Freire (1996, p. 118) “A grande dificuldade que se coloca ao educador ou a educadora de opção democrática, é como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade”.

Ao nível do senso comum, muitas vezes, a prática se constitui na própria experiência, o fazer em geral se coaduna, com a ideia de abstração, desvinculada da realidade ou da prática como dizem alguns.

Sabemos que o processo de planejamento na prática pedagógica atualmente tem sido assunto de bastante questionamento quanto a melhoria do trabalho do professor. São diversos motivos em diferentes níveis na prática do educador, quando, na maioria das vezes os conteúdos, trabalhados são definidos sem a prática e participação dos professores na escola.

Observa-se que existe os recursos disponíveis que podem ajudar na melhoria dos trabalhadas, ou seja, o professor não abre espaço, utiliza, a metodologia onde transmite conhecimentos sem deixar espaço para debates e discussões dos conteúdos, tornando também o aprendiz mais passivo que ativo e passando a bloquear sua própria criatividade e liberdade de questionar.

Portanto o planejamento do ensino passa a ser apresentado como desvinculado da realidade caracterizando, uma mecânica e burocrática do professor que pouco contribui, para que possa levantar um pouco da ação pedagógica, desenvolvida no meio escolar.

É necessário que saibamos que na formação de qualquer profissional de educação é de fundamental importância que se faça uma reflexão e leitura, sobre a obra de Paulo Freire, ou seja, para que busquem estabelecer, uma vivência tanto teórico como prático durante, a ação docente. Ele sempre chamava a atenção para novos conhecimentos, que é gerado e produzido através da teoria e prática.

Para que o docente ponha em prática seu trabalho é de grande importância que haja uma excelente preparação, um bom plano de aula com conteúdos que possam ter mais a participação do aprendiz junto ao professor, que ajudara a envolver componentes que (possam ter mais a participação do aprendiz), vão do preparo do professor ao domínio, do conteúdo sua postura quanto educador, suas metodologias e relações que ocorrem na sala de aula. Portanto na maioria dos casos que vivenciamos em nossa sociedade é que ainda a dificuldades, para alguns educadores, pois continuam agindo de maneira incorreta ao passar os conteúdos, onde na realidade o que falta na maioria das vezes é um planejamento.

“O professor deve, como animador, ajudar o grupo a construir sua identidade coletiva, aprender a trabalhar, cooperativamente, a tomar consciência de suas diferenças e desigualdades e a agir de acordo com elas” (Barbosa, 2000, p. 20).

É interessante e de grande importância sabermos que a avaliação é também uma tarefa didática e permanente do trabalho docente tendo a obrigação de acompanhar, tudo o processo de ensino aprendizagem, porém é através dela que adquirimos resultados obtidos no decorrer do trabalho sendo ainda um conjunto de professor e alunos que constataam dificuldades e reorientação do trabalho docente. É uma tarefa que se resume na realização de provas e atribuições de notas que é de grande interesse tanto para o professor que usa esse método para observar o desenvolvimento do aprendiz, como para ele si que estar aprendendo cada vez mais, não estar ali só para adquirir notas e sim para aprender é óbvio que é com os erros que realmente se aprende, de verdade com as trocas de conhecimento, tanto de como do outro.

Portanto, é importante nós como educadores comecemos a incentivar desde o início a eles que a nota não significa nada, é sim um método de avaliar para saber como então porque, ainda possa por (avaliar) a cabeça, de alguns deles que a nota é algo que torna preocupante, e observamos, também que o que geralmente, acontece que eles ficam nervosos e constrangidos quando falas-se em avaliação por isso que na maioria das vezes as notas são um pouco baixas.

O educador passa a ter uma obrigação, ou seja, um compromisso maior quando a criança não quer aprender a responsabilidade de oferecer oportunidades de aprendizagem, a todos, se eles tiverem todo esse acompanhamento do trabalho

docente desde a Educação Infantil há a possibilidade de que os alunos cheguem até o nono ano interessados em estudar, porém sabemos que a criança necessita de um bom acompanhamento nas séries iniciais, para que possam chegar nas demais séries com um conhecimento melhor e com mais rendimento que passam a possibilitar mais integração e interesse nos próximos anos e que depende muito do professor em si é uma interação que há entre os dois membros, sabemos que depende da colaboração dos dois para que haja mais produtividade e rendimento e que os aprendizes não fiquem com trauma de professores que é o que mais observamos em algumas pessoas o constrangimento.

Porém quando observamos alunos que não querem estudar não podemos esperar nada do seu futuro esse não é apenas um problema do professor mais também da escola que precisa oferecer alternativas de aprendizagens como, por exemplo, o acesso à tecnologia, e a possibilidade de participação.

A escola de forma geral precisa valorizar mais as relações emocionais de alunos e educadores que condicionam, a aprendizagem sendo assim a profissão, de professor tem uma explicação afetiva muito importante que se relacionam com os alunos, as famílias e os colegas de trabalho, isso é muito desgastante por isso que muitos profissionais em todo o mundo são afastadas sendo vítimas de uma doença conhecida como “Burnout”, que é a exaustão emocional as emoções estão ligadas à vida ética e moral. É bom que eles estejam bem para que possam cumprir seu papel com simpatia, sensibilidade e solidariedade sem isso às possibilidades, aumentam e o aluno sente-se injustificado e desprezado, tudo isso são sensações que têm ligação com o rendimento escolar e principalmente com a aprendizagem do aluno.

Na atual época, por ser um período de transição, o trabalho do professor está mais difícil na verdade sabemos que nunca foi tão difícil ensinar como nos dias atuais e provavelmente, nos próximos anos a situação, se torna pior isso porque os jovens de hoje entre os 14 e 18 anos apresentam problemas nunca antes enfrentados, pelos professores. Se pararmos pra pensar, começamos utilizar a internet há apenas dez anos e hoje acessamos a rede mundial pelo celular então passamos a observar que esses avançados iram prejudicar um pouco nas aprendizagens, do aprendiz, pois os alunos passam grande parte de seu tempo acessando coisas inadequadas onde deveriam estar estudando e os livros didáticos estão sendo abandonados um pouco por causa dessas mudanças as famílias,

também mudaram, as preocupações além da educação dos filhos por estamos vivendo em um momento delicado e muito positivo.

A juventude deve fazer parte do currículo, portanto não adianta discutir cidadania se os alunos não são escutados nem respeitados, se não podem dialogar e passam boa parte do tempo sem aprender sendo que os valores éticos e morais só fazem, sentido quando se trabalha a convivência em sala de aula esse é de grande importância e está no centro das reflexões educacionais. De modo geral é de grande importância a relação professor e aluno, na sala de aula, quando levamos em conta todos os aspectos didáticos para que ocorra uma boa interação entre professor e alunos é nesse ambiente e com essas relações que surgirão produtos significativos de aprendizagem.

Se educadores e educandos exercessem o poder de produzir novos conhecimentos a partir dos conteúdos impostos pelos currículos escolares, estariam realmente concretizando seu poder de contribuir para a transformação da sociedade. Portanto a organização dos conteúdos estará intimamente relacionada com o objetivo maior da educação escolar, que é proporcionar a obtenção do saber sistematizado (ciência), tido como instrumento fundamental de libertação do homem (SAVIANE, 1984).

Partindo de que a reelaboração e produção dos conhecimentos estão visando a aprendizagem em diferentes níveis, sabemos também que são utilizadas normas na escola de procedimentos de ensino e criatividade.

A escola tem que estar sempre vinculada, com a vida e o mundo que a rodeia e acompanhar o tempo em que vivemos isso porque a escola responsável não ensina a memorizar e sem a refletir, ou seja, a fazer ideias, pesquisar entre outros vínculos que possam ter mais relações entre uns e outros que transmitam informações podendo realmente aprender. Porém a avaliação possa ser uma reflexão, que observa o nível de qualidade, do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Observamos, que em determinadas situações existem alunos que só no professor anunciar na sala de aula que no dia seguinte vai aplicar uma avaliação alguns alunos já começam a ficar constrangidos, ou seja, alguns ficam pensativos, outros ansiosos enquanto a maioria procura concentrar-se e refletir outros procuram inspiração, só que na verdade o último pensamento de forma geral para todos em relação à prova é a questão da nota.

Porém o termo avaliar tem sido constantemente associado a expressões como, por exemplo, fazer exame, fazer prova e atribuir nota. Portanto essa

associação que ainda esta presente nas escolas faz parte de uma concepção, pedagógica que nela a educação é vista como uma mera transmissão e memorização de informações, onde o aprendiz passa a ser visto na sociedade, como um ser passivo. A avaliação também assume um caráter seletivo, e competitivo ao confundir educar com informação.

Para nossos aprendizes necessitamos de uma escola de qualidade, competente e prazerosa que possa também permitir a transformação, da sociedade podendo então possibilitar aos aprendizes, uma vida cidadã plena dentro da sociedade. Sendo que a educação é concluída dentro de uma concepção pedagógica como a vivência, de experiências variadas tendo em vista o desenvolvimento cognitivo motor do aluno, nas experiências, vivenciadas, os conteúdos possam ser instrumentos utilizados, para mobilizar esquemas mentais, de assimilação, o aluno passando, então a ser ativo, dinâmico e sujeito da construção de seu próprio conhecimento, tendo sempre a visão de que educar é formar, aprender e construir.

A escola surge historicamente como fruto da necessidade de se preservar e reproduzir a cultura e os conhecimentos da humanidade, crenças, valores e conquistas sociais, concepções de vida e de mundo, de grupos ou classes. Ela permaneceu e se modernizou, à medida que foi capaz de se tornar instrumento poderoso na produção de novos valores e crenças, na difusão e socialização, de conquistas sociais, econômicas e culturais desses grupos ou classes. (Masseto, 1997, p. 21).

A escola é uma instituição social, só que há diferentes visões na sociedade sendo que ela pode ser valorizada pelo papel na inclusão social, é também um encontro de convivência entre educandos e educadores.

Na carreira e no desenvolvimento profissional do docente a maneira de ser de cada professor varia de um para outro sendo um processo de formação permanente e de desenvolvimento, tanto pessoal como profissional, compreendendo não só os conhecimentos e as competências que o constrói em toda sua formação. Porém é justamente ao longo de sua carreira que podemos identificar os momentos que são marcados por diferenças, atitudes, sentimentos e empenhamento na prática pedagógica educativa, portanto cada educando torna-se o professor que é devido o resultado do processo e desenvolvimento tanto profissional como pessoal que tem por base características pessoais e sua própria personalidade. E para que o docente tenha um desenvolvimento profissional melhor é necessário que ele busque em

investir mais em si próprio. Sabendo também que na carreira desses profissionais e educadores hoje em dia preciso que cada profissional tenha uma visão de rumo, ou seja, preparando o indivíduo para o futuro para que possam então buscar e ao mesmo tempo alcancem resultados bons para que possa então haver uma excelente transmissão de informações. De modo geral precisam, estarem preparados para esse mercado que se encontra hoje em dia muito competitivo, com agressividade em alguns casos e na maioria, das vezes não o valoriza e a própria classe nem ao menos se valoriza.

Porém são necessários que sejam desenvolvidas estratégias que busquem novos mercados e precisamos estar preparados para aproveitarmos o hoje e o amanhã. É interessante que os professores não esqueçam de quando iniciar-se o ano eles façam uma auto avaliação ou até mesmo no meio ou final para outro se avaliarem, fazendo uma avaliação, de sua vida tanto pessoal como profissional onde em alguns momentos não são nem tão satisfatórios, sabemos, que há motivos, dilemas, falta de perspectiva e etc.

Ao analisarmos tudo isso pode perceber que esses profissionais onde alguns deles nem sabe definir seus sonhos e nem tão pouco qual a importância, as marcas da sua carreira sendo que é óbvio que o segredo do sucesso é o planejamento. Geralmente quando estamos preparados, sabemos nos defender e agarrar as oportunidades oferecidas, pelo mercado de trabalho.

Para qualquer profissional planejar não é uma missão impossível ao educador, precisa-se seguir, apenas três passos são utilizados. O primeiro deve definir onde realmente o profissional ou educador deseja ir e ele deseja dar para sua carreira e vida profissional tendo então que respeitar e seguir sua visão, missão e valores, portanto os valores dos educadores normalmente dão suporte à missão, ou seja, o que ele faz hoje ou o que ele quer ser no futuro. Na segunda etapa, por exemplo, é um diagnóstico do profissional que analisa o ambiente em que se encontra. Passando também a conhecer melhor o mercado e suas oportunidades sendo necessário definir um plano de ação para que possam atingir objetivos e metas sendo essa considerada a terceira fase do planejamento o profissional tendo que desenvolver então estratégias que possam conquistar novos mercados e oferecer produtos novos.

O professor não é mais aquele que detém um conhecimento absoluto e dogmático (que não admite questionamento), mas aquele que organiza a articulação entre o saber e o aluno. Nessa direção, o professor é alçado a condição de mediador, deixando de lado a postura de transmissor de conteúdo e, por conseguinte, assumindo o papel de orientador e de estimulador na construção social do conhecimento do aluno (SILVA, 2011, p. 1).

A docência passa a ser entendida como uma interação no meio humano, entre adultos e crianças que são consumidores e ao mesmo tempo, produtores e possuem culturas, histórias e forma de socialização sendo que é complexa por relações sociais entre ambos, porém possa a ser considerada como algo mais que ensinar.

O professor é considerado como mediador assume a responsabilidade de ser o responsável pelo processo pedagógico educacional e a docência ainda envolve a parceria entre professor adulto e crianças.

Pela via do protagonismo a docência tem como ideia incluir diferenças geracionais dando, respeito e atenção pois elas merecem, isso portanto nos diz que ela tem que entrar “no clima” ou seja para que as crianças as conheçam com esses argumentos podemos então construir um significado para a docência tendo como base as práticas cotidianas dos professores portanto em seu dia-a-dia eles produzem bastante conhecimentos sendo assim já estamos dessa forma focando uma construção de uma pedagogia na influencia preparando-as desde sua infância para que não continuem a vida inteira pensando que só serão cidadãos no futuro. Tendo a proposta também de que o pedagógico seja educacional ou vice-versa no exercício de uma docência está a todo tempo acompanhado os acontecimentos e as experiências em seu dia-a-dia.

A busca de uma nova prática pedagógica, fundamentada numa visão sociointeracionista, iniciou-se já na década de 1980, quando começaram a surgir no País e nas Secretarias de Educação dos Estados propostas curriculares, planos ou programas bastantes inovadores, de certa forma como uma resposta ao trabalho pioneiro de alguns pesquisadores e especialistas de algumas universidades do País. Pretendia-se superar o impasse desencadeado pela prática educativa anterior que vinha dominando nossas escolas desde o início dos anos 1970. Um ensino de caráter essencialista, conteudista, tecnicista e limitado à descontinuidade e fragmentariedade dos livros didáticos (Cardoso, 2003, p. 27).

É importante que os educadores busquem sempre uma prática pedagógica, trazendo inovação que colaborem para novas aprendizagens e que sejam

fundamentadas por uma visão socioteracionista como a iniciada na década de 1980. Deixando de lado a prática fundamentada e limitada, aos conteúdos fragmentados e limitador, por livros didáticos.

Ser professor é estarmos sujeitos a saberes, valores, atitudes, compartilhando sempre junto com outros educadores trocando conhecimentos e ideias, renovando-as sempre com a reinterpretação do mundo, porém ninguém nasce educado é ao longo de nossas vidas com os relacionamentos entre as outras pessoas que nós educamos, portanto, foram feitas algumas pesquisas sobre a formação de professores e observaram que é uma ideia boa tomarem as práticas pedagógicas como fonte para serem estudadas a construção do conhecimento sobre problemas educacionais onde também a problemas e dificuldades para dar respostas à indivíduos havendo dificuldades e angustia vividas pelos educandos em seu cotidiano sendo esse um dos paradigmas que estão com maior presença nas escolas.

Na sociedade em que vivemos do mundo contemporâneo e por outros considerada como da informação ou do conhecimento, porém apresenta-se, e possui uma característica de transformação que é provocada pelos avanços, dos meios tecnológicos que passa de uma cultura nova para o trabalho que é justamente por causa dessa transformação, que o ambiente escolar acaba se afetando de alguma forma é aí quando o professor como qualquer outro profissional tem momentos que sente-se impedido, passando então à rever a sua atuação, as responsabilidades e todos os seus processos de formação.

E como a sociedade, para todas essas transformações, na maioria das vezes os docentes chegam a se perguntar como seria e qual a sugestão, para o tipo de formação é interessante, pensamos sempre que quando, pensamos em formação estamos, pensando também na formação humana. Segundo Tardif (2005, p. 31), “todo trabalho humano sobre e com seres humanos faz retornar sobre si a humanidade de seu objetivo”.

2.1.1 - As Fases e Suas Diferenças no sentimento de pertença

As fases e diferenças na carreira docente é formada, ou seja, composta por “fases” ou “etapas” que são cinco nas quais se definem. Na primeira fase da carreira do docente sendo considerado, como o início de carreira é caracterizada, por a

variação entre a luta e sobrevivência que possa a ser denominada, também pelo choque do real que é justamente quando se começa realmente o entusiasmo das descobertas, do mundo profissional que na realidade, ainda é algo que está sendo idealizado e começando a abrir portas para as professoras que estão dando início em sua carreira que tem uma prolongação por cerca de 4 anos é de grande responsabilidade e importância que quem quer realmente, seguir a carreira tenha amor a profissão, para que não venha ficar sem se aceitar como professora que é também considerado como o fruto da inexperiência. Quando, entramos na profissão com entusiasmo a entrada é vivida sem dificuldades sentindo-se preparadas e desenvolvendo sempre suas metodologias e didáticas pondo em prática as práticas pedagógicas da forma como devem ser aplicadas.

No início geralmente na maioria das vezes ficamos com um pouco de medo pensando se vai dar certo prosseguir, porém tudo de início gera algumas, dúvidas mais ao longo do tempo tudo volta ao normal e nos habituamos com os métodos a serem seguidos. Já na segunda etapa como anteriormente, foi visto existe a prolongação de anos na carreira do profissional que é diferente da primeira, portanto é quando, o docente começa assim a assumir, a confiança de que não são alheios a tomada de consciência de que se é capaz de gerir o processo de ensino aprendizagem sendo uma fase de “acalmia” ou seja a ser para todos os professores relativamente, uniforme que tenha sido fácil ou problemática é um período de segurança maior é também quando o docente está mais estabilizado.

O desequilíbrio torna-se dominante, na carreira das professoras entrevistadas que tem-se como referência, a fase anterior independentemente do início de seu percurso profissional é justamente essa divergência que leva algumas educadoras e educadores investirem e continuarem na carreira com mais entusiasmo e empenhamento, procurando, cada vez mais valorização, enquanto alguns ficam alegando cansaço e saturação deixando-se cair na rotina por se mesma.

Na quarta fase que está situada entre 15 e 22 anos da carreira passando então caracteriza-se como sua designação que é expressa por uma “acalmia” que está distendida ao fruto não de uma quebra no entusiasmo profissional, mais sem por processo de reinteriorização como também por suas experiências. A quinta fase é chamada de “Renovação” do “Interesse” é onde os profissionais eles podem voltar a divergir em sentidos opostos porém foram feitas pesquisas que entrevistaram algumas mostram um pouco de cansaço, saturação e impaciência na apresentação.

Já outras comentaram que não aguentam nem ouvir as vozes das crianças, enquanto outras pareciam que tinham reinvestido mais na profissão e mostrando sempre um interesse de entusiasmo e com o desejo de aprender coisas novas para transmitir para seus aprendizes.

O (PPP) Projeto Político Pedagógico é composto, ou seja, formado por professores, alunos, pois, diretores e comunidade em geral que ambos juntos com a escola constrói autonomias e ganha segurança para alcançar objetivos e enfrentar desafios pela sociedade.

Construir um projeto que dizer, pôr em prática o que se quer partindo então do plano para melhoria e mudanças da realidade do trabalho pedagógico que é realizado todos os dias incluindo também a participação dos pais, na coordenação pedagógica enfim todas as ações que são desenvolvidas que tem-se em vista o processo de ensino aprendizagem. Segundo Veiga (2002):

O projeto político-pedagógico tem haver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua realização com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante resaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade (p. 14).

Segundo Veiga (2002) Na verdade o PPP é a organização da escola de maneira geral ele começa do portão da escola a sala de aula, sendo também um documento da escola que a organiza partindo de suas demandas ele não pode ser copiado de um ambiente escolar para outro precisa ser construído por cada escola tendo que ser executado diariamente e não deve ficar guardado na gaveta porém busca sempre algum rumo para escola incluindo suas dimensões políticas que possam então, a traduzir o tipo de aluno que queremos de sociedade e que educação desejamos. É de fundamental importância que para a construção do projeto haja o envolvimento de todas no processo para as tomadas decisões e enquanto ao trabalho é bom sabermos que ninguém faz nada sozinho e com certeza juntos teremos mais rendimentos.

Porém a formação de professores não caminha só é formada coletivamente por todos os membros a qual a escola é formada desde a gestão as suas prática concretas que são vivenciadas no trabalho em seu dia-a-dia e com tantas culturas os educadores na maioria das vezes chegam até ficarem inseguros porque à

incertezas em seu papel e em sua função tanto social como da escola e do próprio trabalho que é realizado através do docente. Sabemos também que problemas e conflitos que à na sociedade e não são resolvidos torna-se muito comum e os pais jogam na maioria das vezes a culpa para escola, exemplo disso é a falta de emprego, inclusão social e as faltas de oportunidades principalmente, para os jovens e adolescentes, com essas posições acaba havendo a minimização do verdadeiro sentido do que é a educação expressa na produção do conhecimento que se constitui na educação chamada emancipatória e ao mesmo tempo é impregnada através de lutas e contradições.

A escola é como qualquer outra instituição, que tem como finalidade de forma geral assegurar tanto direitos como saberes que perpetuam através de gerações que neste sentido está comprometida, por questões culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas. Neste sentido, essas relações são estabelecidas e vão de sua organização física e curricular estando carregadas de significados que podem ou não estarem explicados e constituídos em momentos e espaços de reprodução ideológica.

Segundo Casali (2004, p.34):

A missão de toda a Escola é desenvolver as pessoas, crianças, jovens ou adultos, contribuindo para que eles se alterem (“educar” é uma palavra latina que significa “mudar de estado”: de dentro para fora e de um estado para outro). Por isso também ela tem o dever primeiro de ela própria se desenvolver, isto é alterar-se. Ela só poderá fazer isso num movimento positivo se se mantiver articulada organicamente com a comunidade e a cultura da qual faz parte.

Porém, são pessoas que estão relacionadas a diferentes papéis pertencendo a distintas classes sociais, passando, então a trabalharem as relações e forças existentes no espaço escolar. Mantendo-se também a formação dos profissionais assegurada para que houvesse uma preparação na qual passaram a ser garantida pela produção do saber a linearidade e a homogeneidade, portanto elas transmitem os saberes para que as crianças e jovens mantecem asseguradas podendo então viver e responder, concordando com os princípios sociais.

A formação do docente está organizada de forma burocrática e estática onde em alguns momentos não chega a imobilizar-se e não capacita o profissional como deveria. Segundo Castel, “falar em termos de exclusão é rotular com uma

qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém”.

Portanto foi com o passar dos tempos que tornou-se através de diversos, grupos e discursos políticos que passaram a serem divulgados pela mídia.

Segundo Berger e Luckmann, a socialização, primária, realizada durante a infância e na família, é um processo dialético que pode ser representado pela exteriorização (quando a criança assimila o que o mundo lhe apresenta), pela objetivação (quando retira dessa representação aquilo que lhe é significativo) e, por fim pela interiorização (pela qual vai se constituindo como sujeito a partir do referencial do outro).

A criança tem como imagem seu mundo social que está ligado a sua construção estando presente também na socialização primária à emoção e a afetividade nesse sentido a linguagem é um instrumento importante e a família passa a ser a referência social aos quais elas se subordinaram.

Porém já na socialização secundária sendo promovida, a outras instituições tendo como exemplo a escola começando a aparecer o conhecimento e a divisão de trabalho aparecendo com insistência na vida do sujeito de conhecimentos adquiridos ela não é afetiva é racional e em alguns momentos entra com a primária sendo considerada também, em momentos que chega a recorrer juntos escola e professores passando então a dialogar com a família na maioria dos casos.

Segundo Feldmann, (1999, p. 95):

A escola em que vivemos no que diz respeito à singularidade do sujeito, tem sistematicamente desconsiderados a afetividade como elemento essencial na formação do aluno, agindo muitas vezes como se ele pudesse aprender apenas com as capacidades intelectuais, despidendo-se dos sentimentos de raiva, amor, ódio, etc.

Tendo, portanto a escola como a função de transmitir conhecimentos que são expressos pelos currículos formal ou oculto que desempenham um papel de fundamental importância, como espaço de socialização deixando então marcas tanto negativas como positivas, que tem grande importância na vida dos seres humanos. Ensino e saberes estão presentes na escola e a aprendizagem pode ser considerada a apropriação de ensino que se processa de forma diferente entre sujeitos representando também para a pessoa que esta presente podendo então ser vislumbrada através de respostas, ações e postura.

Segundo Tardif (2005, p.228):

Esses saberes não provêm das instituições de formação ou dos currículos esses saberes não se encontra sistematizados no quadro de rotinas ou teorias: eles são saberes práticos (e não da prática: eles não se aplicam à prática para melhor conhecê-lo, eles se integram a ela e são constituintes dela enquanto prática docente [...] são a cultura docente em ação.

Segundo Tardif saberes profissionais são saberes da ação, portanto eles são temporais e a prática profissional não é considerada a aplicação de saberes são apenas transformados através de funções pelas quais o trabalho exige.

A educação sendo um processo de transformação, que se inicia na família e em diferentes situações ao longo da vida de cada um de nós tendo como finalidade, desenvolver potencialidades em todas as pessoas sendo também a escola considerada para todos um processo no qual a o desenvolvimento entre todos os indivíduos no qual eles passam a interagir, coletivamente e individualmente transformando a realidade para juntos participarem da organização social tanto, do aprendiz como para o educador.

Segundo Benedito Presia, (2003, p.10):

Por aí se vê que o que falta é a preparação de professores que poderão mudar a maneira de se ver a questão indígena na sala de aula [...] enquanto não se investir mais na formação de professores, na mudança de material didático e nos programas infantis de televisão continuaremos tendo uma geração desinformada e preconceituosa.

Porém, quando o professor busca informações e as transmite com inovações para os aprendizes é sinal que estão interessados nas mudanças sociais para si mesmo e para o bem está dos alunos, dessa maneira se todos colaborassem ficaria fácil de juntos fazermos a diferença na educação.

Ao iniciar a carreira docente sabemos, que é um momento onde o professor passa por algumas dificuldades e dilemas em sua vida profissional, considerando também um período de transformação marcado por fazes e dificuldades, sendo o início de descoberta tanto para o profissional como para o aprendiz. É um dos momentos mais importante mesmo, com os dilemas e as dificuldades, encontradas e vivenciadas nesta, primeira etapa da carreira que é considerada “[...] um período muito importante da história profissional do professor, determinando inclusive seu

futuro e sua relação com o trabalho” (Tardif, 2002, p. 84). Sendo considerado, de forma geral um dos períodos, piores na vida profissional mesmo marcado por crises.

Porém esses são os piores anos, ou seja, quando está no início da carreira, onde estão passando por momentos, de mudanças e desenvolvimento profissional, que [...] favorecem a tomada de consciência e o debate... Enquanto os profissionais experientes não consideram, ou nem percebem mais seus gestos, cotidianos os estudantes medem o que supõem ser serenidade e competência, durante adquiridas. [...] a condição de principiante, induz em certos aspectos, a uma disponibilidade, a uma busca de explicação, a um pedido de ajuda, a uma abertura, a reflexão (Perre Noud, 2002, p. 14).

Na realidade são processos que se constrói e reconstrói-se a partir de relação que normalmente estão em processos acompanhados de desenvolvimentos que inserem nas relações sociais entre, professores e alunos fazendo-se necessário ressignificar as concepções de ensino aprendizagem. Segundo Felamann: “quanto mais escola nega a autonomia, a curiosidade, a criatividade e a emancipação dos alunos, mas se presta a reproduzir as condições desiguais que vigoram no mundo capitalista”.

Portanto se a escola der aos aprendizes mais oportunidades será, mas fácil de chegar a conclusão de uma família escolar mais ou menos igualitários. Segundo, Piaget na escola que não à coerção, os alunos devem ser convidados para experimentarem e por si próprios reconstruir aquilo realmente devem, aprender. Portanto,

Não se aprende a experimentar simplesmente vendo o professor experimentar, ou dedicando-se a exercícios já previamente organizados: só se aprende a experimentar, Tateando, por si mesmo trabalhando ativamente, ou seja, em liberdade e dispondo de todo o tempo necessário (Piaget, 1949, p. 39).

É óbvio que ninguém aprende simplesmente, só observando tem que praticar, e trocar ideias junto ao que o docente preparou, e dispor todo o tempo necessário para que o transmissão dos conteúdos, possam ser passados de maneira coerente. O educador em sua vida profissional se depara na maioria das vezes com problemas voltados a essas situações encontradas na educação ainda em alguns momentos os pais jogam a culpa para, o professor sendo que ele não consegue

mudar tudo sozinho é com a ajuda da escola e da família que são resolvidos os problemas.

A educação pode ser definida como sendo o desenvolvimento artificial da criança [...] A educação não se limita somente ao fato de influenciar o processo de desenvolvimento, mas ela reestrutura de maneira fundamental todas as funções do comportamento. (Castel, 2000, V. I. p. 107).

Sendo assim a educação é considerada, um ponto essencial tornando-se o desenvolvimento, porém esta devido em diferentes etapas cada uma delas com conceitos diferentes onde cada teórico tem uma visão. Para Vygotsky os problemas que acontecem através das relações entre as aprendizagens e os desenvolvimentos, são em primeiro lugar um problema teórico, portanto na maioria dos casos o que acontece, são alguns dilemas aos quais cada docente tem sua maneira de transmitir as informações e aplicarem seus métodos de ensino aprendizagem.

O único da carreira docente e um momento muito significativo para eles, porém, é justamente neste momento, que o docente passa por fases e esta iniciando várias descobertas de seu mundo profissional. Portanto o processo de formação na vida profissional do docente se da ao longo de seu cotidiano, o professor sendo então um sujeito ativo na consolidação de sua própria aprendizagem, onde o ensino é uma prática reflexiva. Caetano (1997, p. 218) ressalta que os dilemas são fenômenos potenciais sobre os quais deve se centrar a formação dos professores, utilizando os como ponto de partida nos processos de investigação, sobre a ação e consequentemente dos saberes constituído pelo professor nesse entre meio.

Segundo o que a autora fala não é fácil viver os conflitos que o professor para em alguns momentos, no seu cotidiano de sua carreira docente.

Ao iniciar carreira docente estamos sujeitos a encontrarmos algumas dificuldades as quais na maioria das vezes chega até mesmo deixar o professor constrangido de algumas dificuldades encontradas, que são provocadas por alunos, escola e família, porém, sempre a algo, sabemos disso de forma geral.

O encontro com a realidade na sala de aula aflora dificuldades na relação professor-aluno. Formação-sociedade e as interações mútuas advindas do processo de ensino-aprendizagem, pois a dinâmica de funcionamento de uma aula se desenvolve meio ao afrontamento de dilemas, ou mais propriamente, meio a espaços problemáticos, como ressalta Zabolza (1994, p. 63).

Nesse sentido o autor refere-se e está relacionado ao trabalho dos docentes comparando-se a sua própria prática acompanhadas de incertezas, instabilidades, singularidade, conflitos e valores. Sendo assim, Zabolza (1994, p. 64) afirma que o professor é um profissional, ou seja, suas ações situam-se num contexto indeterminado. Porém fala-se que o docente põe em prática seus conhecimentos.

Na maioria das vezes chegam até mesmo fecharem os olhos para alguns tipos de problemas, portanto em alguns momentos chegam a desmarcarem séries de comportamento e comprometimentos, passando a ampliarem sensações de incompetência, da carreira docente por parte de alguns professores. Observamos o trabalho de forma geral e notamos que boa parte dos professores ainda apresentam, dificuldades em sua carreira profissional principalmente, em escrever seus diários entre outras dificuldades que vão surgindo em seu dia-a-dia através da convivência com a escola.

Ao analisarmos a escola como um todo notamos que entre os profissionais, não só existe essa dificuldade, dos diários não à outros isso porque varia de uma escola para outra. Há também dificuldades em transmitir para os aprendizes existindo também os profissionais que estão na profissão e não tem amor ao que fazem, sabemos que isso não pode existi principalmente, na educação, portanto o que os alunos buscam na escola é informações, para serem entre ambos discutidas e transmitidas por eles e se pegarem algum, professores desmotivado ai deixam a desejar sendo ai o início de constrangimentos para os educandos, onde a possibilidade de uns desenvolverem melhor que os outros. Porem na maioria das vezes a família joga todos os problemas para a escola onde na verdade o que à entre ambos e uma parceria família e escola por tanto, tudo isso são dificuldades que fazem parte da carreira do professor.

Até hoje docentes apresentam dificuldades enfrentados em sua carreira acompanhados, com os que acontecem em seu dia-a-dia nas escolas os que mais acontecem são os que estão relacionados com as famílias, ou seja, tudo que acontece e os aprendizes dizem em casa os pais é óbvio chegam na escola para saberem e fatos como esses quando acontece principalmente, no início da carreira são dificuldades apontadas para o docente, e é algo preocupante para quem está com dificuldades até mesmo para se defender diante de uma reunião, com pais e alunos. É essas dificuldades não irão acabar nunca podem sim amenizarem só que

a tendência, é de complicar-se cada vez mais porque a cada dia se passa são apresentadas na educação dificuldades como essas ou parecidas.

Segundo Paulo Freire, 2001, p.24:

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da sua produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mais criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

O professor escolhe conteúdos e metodologias, para aplicar e transmitir aos aprendizes o quê, quando e como ensinar e como avaliar o aprendiz. Defendemos uma educação que “busque o fortalecimento nas relações entre escola e sistemas de ensino, procurando desvencilhar-se da divisão, do trabalho de sua fragmentação e controle hierárquico, reorganizando-a de dentro para fora”, norteadas por um currículo construído coletivamente.

Porém a escola não pode tudo e o diretor, também não, por isso que o profissional quando esta na condição de gestor ele favorece alternativas para as necessidades, entre elas a formação dos professores e alunos. Sendo assim para a formação de uma escola deve-se privilegiar uma prática reflexiva na realidade a qual o profissional atua-se. Segundo Freire, “a prática docente crítica implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.

Portanto esse aprendizado tem início na formação básica onde algumas aprendizagens só são possíveis através da prática em diferentes situações podendo então potencializar-se às novas inovações, porém o aprender, contínuo é essencial em nossa profissão. Ele deve ser concentrar em dois pilares: “a própria pessoa do professor, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”.

2ª PARTE
ESTUDO EMPIRICO

1 – METODOLOGIA

Uma vez reunida o referencial teórico para a compreensão para a compreensão do tema em estudo, segue-se a apresentação metodológica. Como refere Fortin (2009) a metodologia constitui “a espinha dorsal sobre a qual virão a enxertar-se os resultados da investigação”.

Assim, neste capítulo, serão apresentados os métodos, que inclui a questão de investigação, os objectivos e o tipo de estudo, os participantes, os instrumentos de recolha de dados e os procedimentos éticos e estatísticos tratamento estatístico.

1.1– MÉTODOS

É conhecida a teoria das necessidades humanas básicas de Maslow que apresenta no seu modelo uma pirâmide demonstrativa da hierarquia das necessidades. Esta pirâmide defende que as necessidades colocadas no nível inferior devem ser satisfeitas em primeiro lugar, sendo que as restantes procedem por essa ordem até ao topo, onde se encontram as necessidades de realização pessoal.

Assim, num primeiro nível encontramos as necessidades fisiológicas tais como a alimentação, o repouso ou abrigo. Seguidamente surgem as necessidades de segurança como a procura de estabilidade/protecção contra ameaça ou privação, a fuga, entre outras. No terceiro nível encontram-se as necessidades sociais onde se encontra a necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos outros, de amizade ou amor. Num quarto nível o autor coloca as necessidades de auto-estima que dizem respeito à forma como o sujeito se avalia a si próprio e que envolvem a autoconfiança, a necessidade de aprovação social, o alcance de prestígio ou poder e, finalmente no topo da pirâmide surgem as necessidade de auto-realização, que estão relacionadas com a capacidade de um indivíduo identificar o seu próprio potencial e auto desenvolver-se continuamente.

Com base neste modelo é-nos possível compreender melhor a importância do sentimento de pertença para cada indivíduo, sendo que se pode considerar como uma verdadeira necessidade logo após a satisfação dos necessidades fisiológicas e de segurança.

O sentimento de pertença reforça os relacionamentos saudáveis e os afetos, porque existe a liberdade de ser, é um acordo mútuo, apoiado na confiança, na honestidade e na coesão, onde as pessoas têm a legitimidade à sua individualidade, ao seu desenvolvimento e crescimento. Respeitam os limites e os compromissos do acordo, vivem abertos à mudança, à lealdade, à intimidade e aos desafios do dia-a-dia.

O sentimento de pertença é um processo orgânico onde não existem acordos com garantia vitalícia, dependem somente da liberdade. As pessoas pertencem ao mesmo projecto (acordo), porque se revêm nos mesmos princípios, sonhos e objectivos.

Os pressupostos acima referenciados leva-nos a questionar “Qual a contribuição na educação social inclusiva no sentimento de pertença psicológica na cidade de Arapiraca? Com base na questão formulada é nosso objetivo identificar as práticas de educação social inclusiva e o sentimento de pertença psicológica na perspectiva dos educadores da Escola municipal localizada no Município de Arapiraca/AL.

Para o efeito efectuamos uma triangulação metodologica na medida em que foi desenvolvido um estudo quantitativo, transversal de cariz explorativo e descritivo numa escola em Arapiraca no período de janeiro de 2014 a março de 2014, tendo sido questionados 38 alunos com necessidades especiais e respectivos professores. Como complemento das informações colhidas foi efetuado também a professores e estudantes entrevistas estruturadas que permitiu a realização do estudo qualitativo. Trata-se de um estudo quantitativo pois pretende garantir a precisão dos resultados, e evitar distorções de análise e interpretação. É um estudo transversal, pois “caracteriza-se pelo facto de a causa e o efeito estarem a ocorrer simultaneamente. Possui as características de um estudo exploratório e descritivo pois recolhe informação sobre conceitos ou variáveis que se analisam especificando as suas propriedades e características.

No estudo qualitativo a opção metodologica recaiu sobre a análise de conteúdo que se constitui como um conjunto de técnicas utilizadas em análise de dados qualitativos usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos.

1.2 -.PARTICIPANTES

Conforme já referido o presente estudo foi desenvolvido numa escola municipal localizada no Município de Arapiraca/AL. A identificação desta escola ocorreu quando estabelecido contato com a secretaria municipal de educação esta informou que a referida escola, seria a iudeal, por ser uma escola de estado e ter vários alunos especiais.

Recorremos a uma amostra não probabilística, visto que cada elemento da população, não tem a mesma probabilidade de ser escolhida para formar a amostra. Dentro desta consideramos a do tipo conveniência ou acidental, tendo em conta ser formada por pessoas facilmente acessíveis e que estavam presentes num determinado local e num momento exato. (Fortin, 2009). Este foi considerado o método mais adequado para o nosso estudo já que este tipo de amostragem tem algumas vantagens, como a economia, a rapidez e a facilidade de organização. Ocorre quando a participação é voluntária.

Os participantes no caso em estudo foi voltado para o sentimento de pertença psicológica dos educadores que trabalham com educação inclusiva e que muitas vezes se sentem não aptos e não preparados para lidarem com alguns alunos especiais.

No global a amostra foi constituída por 38 estudantes e 20 docentes que cumpriram os seguintes critérios de admissão: participarem voluntariamente no estudo, sem distinção de sexo e idade, os educadores possuem alunos com educação especial em sala de aulas. Foram excluídos os educadores que não tem em sala de aula, aluno especial, que é o mínimo na referida escola.

1.3 – INSTRUMENTOS

Dada a natureza do estudo que se pretendeu realizar, usou-se como instrumento de avaliação mais adequado à consecução do mesmo, os questionários **(apêndices A e B)**,

O instrumento designado por apêndice A encontra-se estruturado em duas partes. A primeira refere-se à caracterização sócio demográfica, contendo questões relativas à caracterização socio-demografica como idade, sexo, escolaridade. A

segunda parte respeita à caracterização da atividade profissional com questões relacionadas com o período de trabalho, tempo de exercício como professor, se realizou curso de educação inclusiva, e ainda a opinião sobre se gosta de ensinar a alunos especiais e se sabe o que é o sentimento de pertença psicológica.

O apêndice 2 reporta-se ao guião de entrevista efectuada aos alunos e professores sendo composta por 5 questões.

1.4 – PROCEDIMENTOS

Uma vez que todas as investigações realizadas com seres humanos conduzem a questões éticas e morais antes de procedemos à recolha dos dados deste estudo, solicitamos as devidas autorizações aos órgãos institucionais onde foi realizada através de um pedido formal dirigida à direcção da Escola onde era apresentada a temática em estudo, os objectivos da investigação e as condições em que seria feita a colheita de dados.

O critério adotado para a seleção deste escola foi a facilidade de encontrar, um maior número, alunos especiais e educadores que pudessem contribuir com o estudo, considerando que a cidade é a segunda maior do estado com maior facilidade de contato e como já referido a que possui maior número de educadores e alunos especiais.

Um dos parâmetros em consideração ao realizar este estudo foi tomar as disposições necessárias com o intuito de proteger os direitos e liberdades dos seus participantes. Assim, estes foram informados sobre os elementos fundamentais desta investigação, o que lhes seria pedido e a finalidade dessa informação. Também foi garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados, para que a sua privacidade não fosse invadida e desrespeitada.

A aplicação do questionário foi procedida na ocasião das visitas as escolas, mas o que se deixa clara é que a pesquisa correu aberta. Os educadores começaram a relatar todas as dificuldades existentes e assim fizeram uma ampla reflexão sobre as dificuldades da inclusão em sala de aula, que serão apresentadas abaixo nos resultados obtidos.

Consideramos que o respeito pelos princípios éticos foi assegurado durante a realização deste estudo.

1.5 – PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

Na análise dos dados e para o estudo quantitativo recorreremos à estatística descritiva com a determinação de frequências absolutas e percentuais

Para o estudo qualitativo a opção foi a análise de conteúdo, tendo-se optado pela descrição e interpretação das unidades de análise.

2 - RESULTADOS

Os resultados aqui expostos foram baseados no questionário (Apêndice A) através da etapa explícita na metodologia. Para se conceituar a pesquisa, vendo-a por um prisma psicológica, pois através da pesquisa aqui apresentada, o resultado é que todos os educadores entrevistados, relataram sentem sentimento de pertença psicológica devido ao ensino aprendido com crianças especiais.

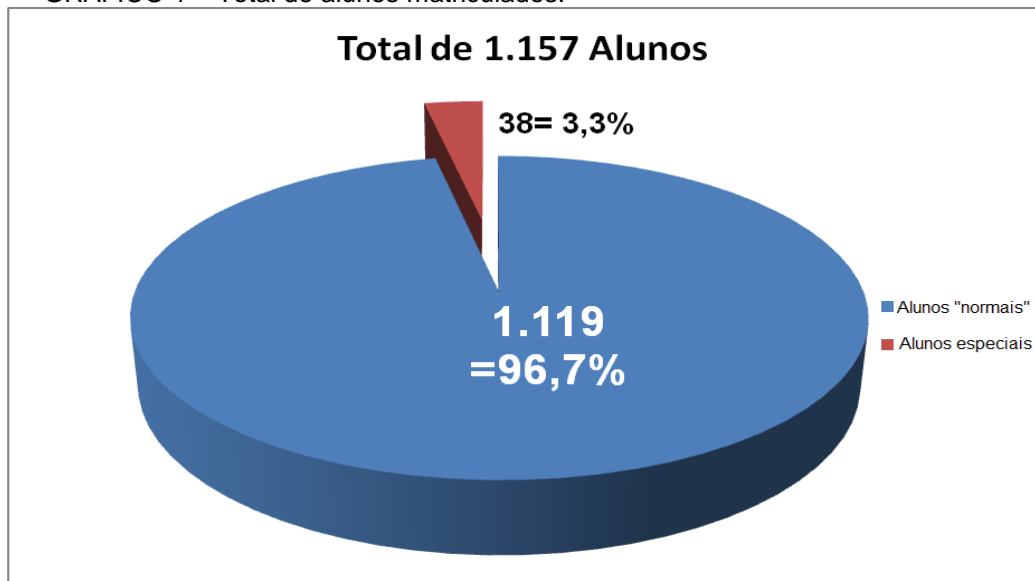
Relatam que já se sentiram sem direção, sem saber o que fazer e sem ajuda, que não estão preparados para lidarem com as mais variadas crianças especiais, pois lidar com a criança surda, não é da mesma forma de lidar com o Down, com a criança parálitica, com a criança cega e assim sucessivamente.

Dessa forma diz-se, portanto, que uma pesquisa é um conjunto de ações propostas para encontrar a solução de um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos.

A partir da pesquisa realizada com professores adquirimos os seguintes dados que foram analisados e apresentados através de gráficos que seguem abaixo destacados segundo as respostas obtidas na pesquisa.

De acordo com o censo de 2014, período em que foi realizada a pesquisa, encontravam-se matriculados 1157 (um mil cento e cinquenta e sete) alunos, destes trinta e oito são especiais representando assim, trinta e oito ou 3,3% do total de alunos matriculados com NEE nesta escola, conforme mostra o gráfico que segue:

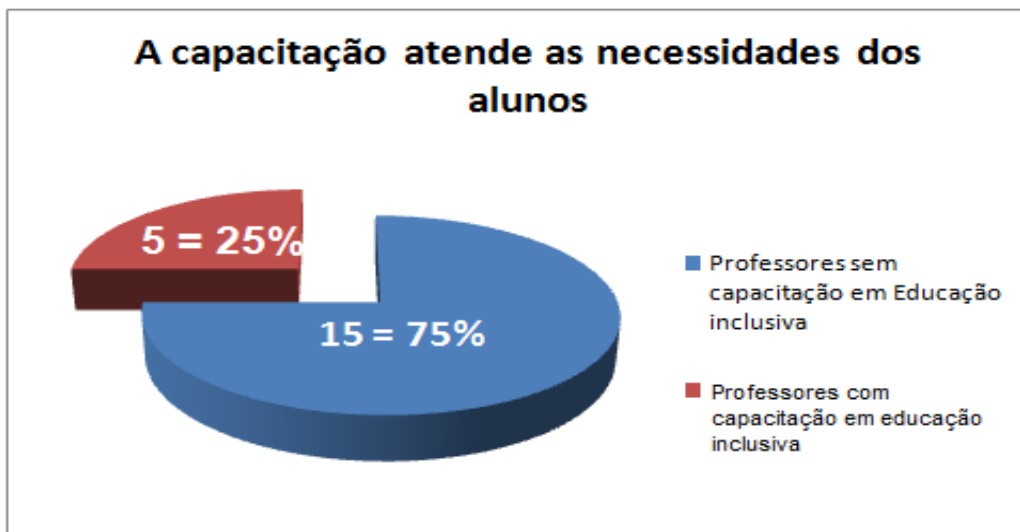
GRÁFICO 1 – Total de alunos matriculados.



Fonte: SILVA, Sueli Moreira, 2013.

Dos 20 professores entrevistados e perguntados sobre se possuem alguma capacitação ou formação para lecionar com os alunos especiais, apenas cinco a possuem. Aqueles docentes que tem formação relataram que se sentem preparados no atendimento e os que não têm formação em educação especial, encontram dificuldades no ensino dos alunos com NEE e referem-se não saber nem mesmo por onde iniciar a aula incluindo o aluno especial, desta forma deixando o mesmo disperso em sala de aula, conforme Gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Docentes capacitados e atendimento de acordo com as necessidades dos estudantes



Fonte: SILVA, Sueli Moreira, 2013.

Assim, após a análise deste Gráfico 2, é possível constatar-se que o professor que trabalha numa vertente inclusiva precisa ser capacitado. Precisam-se descobrir formas diferentes de interação com as crianças. De um total de 20 professores (100%) apenas 5 professores (25%) são capacitados, deixando a desejar o processo de inclusão.

GRÁFICO 3 - Necessidades diagnosticadas na escola pesquisada.



Fonte: SILVA, Sueli Moreira, 2013.

De acordo com os dados expostos no Gráfico 3, temos descritas as necessidades dos alunos especiais da instituição pesquisada, bem como o mesmo relaciona as patologias dos discentes, sendo perceptível que a necessidade intelectual é a mais abrangente, acometendo 25 dos 38 alunos especiais.

Logo ao invés de olhar a criança com deficiência, temos que olhar seu potencial, independente de sua necessidade.

A escola tem uma sala de recursos para educação inclusiva a qual é composta por materiais didáticos que a escola disponibiliza para esses alunos que são de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos especiais, entre eles estão: Livros didáticos, laboratório de informática, jogos, retroprojetor, televisão, DVD, impressora a braille, computador, notebook, som, xerox, cadeira de rodas, bengala, ar condicionado, bebedouro, globo com relevo (imagem 1), sorobã (imagem 2), reglete (imagem 3), entre outros.

Nesta sala de recursos multifuncionais existem duas profissionais devidamente capacitadas para atender a esses alunos especiais de acordo com sua necessidade individual, esta sendo trabalhada através de recursos adaptados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

IMAGEM 1- Recursos adaptados para AEE (Globo em autorrelevo)



Fonte: FILHO, Moris Fernandes da Silveira, 2015.

IMAGEM 2 – Recursos adaptados para AEE (Sorobã).



Fonte: FILHO, Moris Fernandes da Silveira, 2015.

IMAGEM 3 – Recursos adaptados para AEE (Reglete)



Fonte: FILHO, Moris Fernandes da Silveira, 2015.

Esses equipamentos acima expostos são alguns objetos que existem na sala de recursos para alunos especiais. A escola recebe alunos especiais com vários direcionamentos de necessidades tais como: visuais, auditivos, intelectuais, autismo e Síndrome de Down, esses discentes são atendidos três vezes por semana em turno integral, ou seja, em um horário estão em sala de aula normal e em outro horário ficam na sala de recursos multifuncionais, onde são acompanhados por professores capacitados e também é permitido que os pais acompanhem seu filho, caso desejem.

Nessa sala existe a profissional capacitada para esse aprendizado, como também a assistência psicológica e a assistência dos pais contribuem em vários momentos com o aprendizado. Porém, foi notado que os pais são ausentes, bem como é escasso os profissionais na área da psicologia, esta que é de fundamental importância para o desenvolvimento dos alunos.

Os professores da Escola são Graduados – (Pedagogia, Geografia, Teologia, Ciências Biológicas, História, Letras Inglês/Português), e as perspectivas futuras é de que todos sejam inseridos nas capacitações para trabalhar com as crianças especiais.

Dessa forma, foi utilizada a observação direta e indireta, através de visitas, conversas informais com professores e alunos sobre o processo de inclusão na

escola em questão, verificando assim os benefícios produzidos pela educação inclusiva, tanto para as crianças, quanto para os profissionais da rede de ensino.

Nota-se, com essas respostas, que temos a necessidade de uma formação ou capacitação para todos os docentes, como também de um trabalho multiprofissional, designado ao atendimento destes alunos, pois apesar de todos os educadores concordarem com a inclusão nem todos tem a formação necessária para atender essa nova clientela especial, isto foi observado na prática através de uma análise realizada durante dois meses de observações em sala de aula e sala de recursos multifuncionais. Portanto, verificou-se que muitos desses alunos, só estão integrados e não inclusivos como deveria ser, eles não tem um ensino direcionado que atenda sua necessidade em sala no ensino regular, desta forma, os mesmos sentem muitas dificuldades, com isso ficam dispersos durante as aulas ministradas nesta instituição.

Para a identificação dos professores que responderam as questões discursivas foi adotado as letras alfabéticas para substituir os nomes. Na abordagem quanto à perspectiva dos educadores no processo de inclusão verificou-se que:

Professor A diz: “Minhas dificuldades estão principalmente em alfabetizar o aluno, já que não tenho capacitação, alfabetizar um aluno com necessidades especiais não é fácil e sem ajuda da família, torna-se cada vez mais difícil”.

Professor B: “Na educação inclusiva espera-se que a turma desenvolva-se bem, conseguindo superar suas dificuldades desenvolvendo assim seu potencial. Porém para que este desenvolvimento aconteça é preciso que o professor seja capacitado para lidar com a turma partindo do ponto que cada aluno tem sua necessidade e deve ser incluído no meio social sem nenhum tipo de discriminação”.

Professor C: “Encontro-me totalmente despreparado e não sei ao menos por onde ministrar minhas aulas com um aluno incluso, principalmente quando se trata de um aluno com cegueira ou surdo”.

Professor D: “Tenho formação em educação especial, por isso não tenho dificuldades”.

Professor E: “Tenho habilitação para atender esta clientela diferenciada e faço com muito amor, apesar de ser escasso um atendimento psicológico e um trabalho com um cuidador para aqueles alunos mais inquietos”.

Professor F: “A educação especial me realiza simplesmente a faço por prazer, tenho formação e procuro sempre aperfeiçoar este conhecimento para melhor atender essas crianças”.

Professor G: “Não tenho formação por isso não me encontro capaz de ministrar uma aula proveitosa para este aluno especial”.

Professor H: “Tenho habilitação em educação inclusiva e não sinto dificuldades”.

Professor I: “A minha capacitação já tem dois anos a mesma atende as necessidades dos alunos, porém é sempre bom reciclar nossos conhecimentos”.

Professores J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T - As respostas foram bem semelhantes, tais como: “Não tenho formação e encontro-me despreparado para este atendimento de alunos com NEE”.

Sabendo de todas as dificuldades que a educação apresenta, o que se pode perceber é que os profissionais que atuam na escola buscam diariamente alternativas que os levam a rumos mais proveitosos em relação à aprendizagem dos alunos, porém sem sucesso, devido à ausência de uma formação contínua.

Sempre que os pais são chamados, em sua maioria é para participar de algum direcionamento para a aprendizagem desses alunos especiais e para sensibilizá-los sobre a necessidade da busca de outros profissionais para seus filhos, pois em muitos desses alunos são visíveis a necessidade de trabalho medicamentoso e psicológico direcionado, pois, na escola, o acompanhamento psicológico, neste momento, encontra-se totalmente escasso. Porém, verifica-se que os pais deixam as responsabilidades a encargo somente da escola e dos professores. Os papéis dos educadores e da família são complementares, porém distintos.

3 - DISCUSSÃO

Tendo como base inicial a problemática quanto à possibilidade da escola municipal, na Cidade de Arapiraca no Estado de Alagoas, realmente ser inclusivo, bem como quais as mudanças cabíveis para o corpo docente ensinar aos alunos especiais. Espera-se, então, a necessidade de um trabalho precoce, na tentativa de oferecer a criança especial uma exposição contínua e adequada durante todo seu desenvolvimento e formação. Esta é a perspectiva a qual os docentes da escola mencionada almejam alcançar, pois muitos resultados insatisfatórios obtidos decorrem da falta de um processo formativo como base na qual possam construir uma inclusão.

Pois segundo Odília Fachin (2001) apud Mattar Neto (2002): “O método observacional é o início de toda pesquisa científica, pois serve de base para qualquer área das ciências”. Seguindo esta mesma linha de pensamento Mattar Neto (2002) reafirma que: “O homem enquanto coparticipante de um estudo pode ser observador de si mesmo e, inclusive, de outros seres humanos”.

Este estudo se constituiu, por conseguinte, nos tais critérios: análise bibliográfica, constituída principalmente de livros, artigos de periódicos, bem como material disponibilizado na internet e análise das práticas educativas que serviram como um recurso contribuinte ao acesso de informações para o progresso desta pesquisa, pois como nos aponta Mattar Neto (2002, p. 153) “No campo científico, os resultados das pesquisas são, em geral, novas descobertas que se renovam por meio da criatividade e dos conhecimentos do pesquisador”.

Por último, realizamos as análises de tudo que foi observado, aplicado no campo pesquisado, pois ressalta Minayo (1994) apud Mattar Neto (2002) que: “Estes dão significado e intencionalidade às suas ações e às suas construções, na medida em que as estruturas sociais reelaboram suas ações de modo objetivo” e por último teceremos as considerações finais deste trabalho seguindo das bibliografias e anexos que servirão de instrumentos de apoio e construção do trabalho de pesquisa.

A criança deve adquirir na escola competências indispensáveis para o convívio em sociedade, dificilmente obtidas em família. Cabe aos educadores contribuir para esse aprendizado e buscar maneiras de lidar com esses alunos

especiais, lembrando que o papel da família é fundamental, mas verificou-se que é escassa a presença dos pais no acompanhamento de seu filho nesta instituição mencionada. Desta forma, lacunas são abertas, pois falta o complemento, que seria a família presente neste processo inclusivo.

Os pais deveriam acompanhar e participar do processo de aprendizagem de seu filho (a), comparecendo às reuniões, conselhos de classe e agendando atendimento com professores, equipe pedagógica e direção, mas, talvez por falta de esclarecimento, os mesmos acabem por depositar toda a responsabilidade nos docentes.

O Currículo é baseado na lei 9.394/96, obedecendo a Base Nacional Comum. Os conteúdos são pré-estabelecidos pelos educadores embasados nos paradigmas atuais adequados a realidade da turma. Todavia não adianta adequar todo conteúdo se não temos profissionais habilitados para transmitir. Pouco adianta esse esforço.

A união, a integração e a aprendizagem no trabalho, são aspectos fundamentais para o desenvolvimento do processo relacional.

Em termos de recursos humanos, a escola precisa de mais profissionais para atender as necessidades dos educando.

O trabalho pedagógico é realizado através de um planejamento que envolve toda a equipe escolar, como também com estudos de pesquisas, formação continuada, procurando oferecer um ensino- aprendizagem de qualidade no intuito de diminuir o índice de evasão e repetência dos nossos alunos. A inclusão de alunos com NEE também é algo que requer atenção e acompanhamento de todos os pais de acordo com o Cap. V da LDB, que visa à inserção dos alunos na escola.

A avaliação está em consonância com a redação do Art. 24 da LDB e é entendida como processo contínuo de apropriação, construção e reconstrução da ação educativa, tem como base a LDBEN Nº 9.394/96 (Art. 24, inciso "V" alínea "a") que se dará de forma contínua e cumulativa. Contínuo porque ocorrerá ao longo do processo de ensino e aprendizagem, no qual o educador poderá selecionar e elencar os instrumentos avaliativos que serão utilizados a partir das competências e habilidades básicas de cada componente curricular.

Os conhecimentos são trabalhados em sala de recursos multifuncionais através de atividades planejadas, atividades com recursos de mimeógrafo, xerox,

pesquisas, conteúdos explanados e informativos, projetos de intervenção, atividades recreativas, jogos, danças, futebol, esportes e festejos de datas comemorativas, porém não adianta todo exposto se não temos um corpo docente capacitado para repassar este conhecimento, visto que apenas cinco professores estão aptos a atender esses alunos no processo de educação inclusiva.

A Escola trabalha para conquistar as turmas que chegam, procurando lidar com altivez e com alguns problemas que podem atrapalhar o andamento normal das atividades escolares, tais como: agressões físicas e verbais, ausência da família na escola, bem como a desestruturação familiar. Todos esses problemas são questionados e trabalhados no contexto escolar.

Na busca de formas para dinamizar o currículo visando à qualidade do aprendizado dos alunos, a escola desenvolve Projetos didáticos e gincanas que valorizam os temas que estejam mais próximos da realidade em que eles estão inseridos.

Os docentes, ou mesmo o ser humano, está sempre seguindo paradigmas e, quando eles entram em crise, surgem sentimentos de insegurança, e ao mesmo tempo também há liberdade para inovar.

Na atualidade, as instituições escolares estão excessivamente burocráticas, e se faz necessário romper com este paradigma para que ela volte a fluir e atingir todos os discentes sem preconceitos, tornando a inclusão um processo natural e banindo qualquer preconceito cultural, social, étnico ou religioso.

A escola está aberta a novos grupos sociais, mas sem reformulação de conceitos e de conhecimentos. Assim, o ensino é massificado e não há troca de experiências. O pensamento que norteia o atual sistema é muito mecanicista e discriminam claramente os alunos normais e os NEE, bem como o ensino regular, o especial e as disciplinas estudadas na escola. No entanto, a educação deve ser voltada para uma cidadania plena.

A educação inclusiva, sob a perspectiva dos educadores da Escola Municipal, a principio, se limitava a uma assistência restrita e impessoal desses alunos com NEE, visto que a maioria não se encontrava capacitados. Durante a pesquisa e envolvimento com a prática educativa socializamos diversas ações que poderiam ser realizadas ao nosso alcance.

Desta forma a proposta de um encontro pedagógico com todos os docentes da escola acima mencionada foi capaz de socializar saberes na área da inclusão, visto que uma pequena parcela dos docentes tinha especialização em inclusão escolar. Propus um encontro com todos os docentes que contribuíram para esta pesquisa. Durante o evento foram citados, que devido à fragilidade do processo de capacitação e formação continuada dos docentes ali presentes ou enquanto não teríamos um oferecimento de capacitação e formação conforme previsto em lei, seria interessante, necessário e urgente alguma intervenção. Então foi sugerido que os professores já capacitados que são em número de cinco, realizassem treinamentos para os demais, contribuindo assim com os docentes não capacitados, visando um melhor desenvolvimento de habilidades necessárias e indispensáveis no atendimento dos alunos com NEE, bem como minimizando as dificuldades encontradas no ensino regular.

A intervenção foi aceita pelos professores e direção que também se fazia presente durante esta socialização, ficando definido que os docentes já capacitados iriam planejar encontros com os demais para que seja feita uma transferência de conhecimentos, visando um melhor atendimento para alunos com NEE.

Considerando que a atenção dada à educação Inclusiva ainda tem sido pouco vivenciada nas escolas atuais, buscamos apontar soluções para que essa proposta possa ser vivenciada, e para que isso aconteça precisa-se que haja interesse e novas maneiras de assimilar técnicas, sendo assim a perspectiva dos educadores da Escola segue um posicionamento de efetivas transformações no ensino vigente.

Assim, a escola inclusiva, aberta a todos que desejam aprender, certamente parece uma utopia. Os alunos especiais devem ser considerados seres humanos singulares. Assim é também a instituição: simplesmente uma escola, que não está presa a modelos criados por quem não aceita a diversidade. A atual tentativa de ensinar somente alunos perfeitos é que é utópica e extremamente distante da realidade.

4 - CONCLUSÕES

Após a pesquisa realizada e aqui apresentada se chega à conclusão de que os educadores estão sendo lançados a sala de aula, sem um preparo para lidar com as diversas dificuldades dos alunos especiais e assim eles acabam sofrendo por não conseguirem respostas para os seus anseios no ensino-aprendizado de crianças especiais.

O sentimento de pertença psicológica faz parte do dia a dia desses educadores e eles precisam ser “Bombril” para limpar todos os problemas que surgem em sala de aula com essas crianças, que muitas vezes são abandonadas até mesmo pelos pais, que acham bom quando estão na escola e por eles, elas morariam lá, como relatou uma educadora na entrevista.

Para análise dos dados foi possível verificar que a inclusão escolar acontece com deficiência onde os educadores não são capacitados de forma permanente para lidar com a inclusão, deixando muito a desejar. Os educadores trabalham como podem, sem uma estrutura para atender esses alunos e, quando tem a estrutura, não tem a capacitação contínua e permanente.

É perceptível que nas entrevistas e conversas com os educadores eles deixam claro seu nível de estresse por não conseguirem lidar com algumas situações.

Os educadores entrevistados deixaram bem claro que o trabalho é realizado segundo as condições que são disponibilizadas, mas todos são tratados com respeito e carinho. Todos os educadores entrevistados referiram concordar com a inclusão, porém, é visível que, sem uma capacitação, fica inviável este processo inclusivo.

A perspectiva no processo inclusivo é que haja um treinamento urgente de todos os professores, caso contrário, ficará impossível o aprendizado destes alunos especiais. Uma possibilidade seria que a direção da escola envolva-se na organização de ações voltadas para uma capacitação, está sendo feita através daqueles cinco professores que já têm a capacitação. Deste modo seriam organizados treinamentos para os demais professores, que no ato desta pesquisa, verificou-se que se encontravam praticamente impossibilitados no atendimento destes alunos com NEE.

O educador precisa ter em mente que é possível incluir essas crianças portadoras de NEE em escola comum, sendo claro que cada deficiência requer estratégias e materiais didáticos específicos e variados, onde cada aluno deve ser estimulado de forma diferente, pois cada um em especial aprende de uma forma e cada um tem seu ritmo próprio de aprendizado. As suas limitações devem ser respeitadas.

Os educadores de forma geral precisam estar preparados para ensinar a esse aluno especial, aprendendo a respeitar as suas diferenças, a individualidade de cada um, oportunizando para que todos aprendam o mesmo conteúdo, respeitando seu tempo de assimilação. Quando esse aluno especial estiver com dificuldades no aprendizado devemos encaminhá-lo a uma sala de recurso multifuncional, em horário diferenciado da aula normal, para que este possa ser estimulado por um professor especializado, com material e recursos pedagógicos específicos, onde esse atendimento pode ser individualizado ou em pequenos grupos, dando a complementação no atendimento educacional realizado em classe comum.

É preciso estar sempre atento para ouvir o alunado especial quanto as suas formas de comunicação, mesmo que seja por escrito, em desenhos, em braille, pelo computador ou em libras (língua de sinais).

A Educação Inclusiva evoluiu, mas ainda falta muito para que ela atinja os seus objetivos. Uma grande evolução foi a junção de quase todos os excluídos dentro da sala de aula regular, independente de qual seja a sua deficiência. No entanto, o preconceito e a falta de conhecimento das leis, deixam um grande número de alunos especiais fora do ensino regular.

Após a pesquisa de várias referências e leituras reflexivas verifica-se que o uso recorrente do termo "Inclusão" acabou desgastando a essência, sua real importância e necessidade, pois, de um modo ou de outro, excluí-se desta ou daquela camada, nível ou estrato social, uma parcela de pessoas com deficiência, em proporção muito maior, foram e ainda são excluídas de serviços básicos, como educação, transporte, lazer e saúde.

Pouco adianta tanto esforço nas reflexões literárias, como na legislação que favorece a inclusão do PNEE, se não forem criados mecanismos para colocar em prática estes direitos. O texto legal sobre inclusão precisa ser bem refletido, porque pode contribuir para provocar uma exclusão maior se for tentada simplesmente por

imposição (coerção da lei). Não é por falta de normas que o Brasil está tão tímido ainda no atendimento ao PNEE.

Não basta a garantia da matrícula, pois o direito à matrícula não garante o cumprimento do direito à educação prevista na Constituição Federal. Um grande número de crianças portadoras de necessidades educativas especiais está inserido na escola regular, mas continuam segregados dentro da própria escola. A instituição, muitas vezes, através da fala de não estar preparada, não ter especialistas, recursos, reforça seu discurso preconceituoso e excludente, pois, cada educador precisa fazer sua parte, ser disposto a aprender e mudar o quadro de tal exclusão.

Durante a aplicação do questionário sobre a temática da percepção da inclusão da educação especial sobre a perspectiva dos docentes da escola reforçam o discurso da falta de especialização na inclusão escolar. De fato, o despreparo e a falta de conhecimento nesta área seguem uma cadeia abrangente repassando a responsabilidade da inclusão apenas para o educador, quando é responsabilidade social incluindo o ambiente familiar.

Na formação acadêmica dos futuros docentes a inclusão também não é uma prática constante. Seria interessante incluir na matriz curricular dos cursos de licenciatura a disciplina ou temática da inclusão escolar, sensibilizando e capacitando-os.

A legislação brasileira é considerada avançada para padrões internacionais, mas a promulgação de leis e diretrizes políticas ou pedagógicas não garante, necessariamente, as condições para o seu devido cumprimento. Existem inúmeras barreiras que impedem que a educação inclusiva se torne realidade no cotidiano das escolas.

É imprescindível enfatizar que os programas de inclusão são válidos na medida em que se cumpre com o estipulado em lei e o requerido pela comunidade. Dessa forma, tais programas tornam-se agentes a favor da desmistificação de mitos, a superação de preconceitos e o exercício da cidadania.

A inclusão depende de mudança de valores da sociedade e da vivência de um novo paradigma que não se faz com simples recomendações técnicas, mas com reflexões e parceria dos professores, direções, pais, alunos e comunidade, levando-se em conta as diferenças.

A implantação da inclusão é possível caso haja interesse tanto da sociedade quanto dos representantes do poder público. O papel do educador é lutar para que todos os cidadãos tenham o direito a receber uma educação sem segregação, que dê oportunidade para que todos busquem atingir os objetivos almejados, independente de ser especial ou não.

Assim, ressaltamos o quanto ficou evidente neste estudo que os professores participantes reconheceram a importância de uma formação para aspectos que possam garantir uma educação inclusiva de qualidade atendendo a todos sem que haja segregação, proporcionando aos indivíduos com NEE um ensino adequado as suas necessidades específicas.

Implicações Práticas deste Estudo e Sugestões Futuras:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assis, S. & Avance I. (2004). *Labirinto do espelho: Formação da autoestima na infância e na Adolescência*. Editora Fiocruz: Rio de Janeiro:, 2004.
- Brasil. (1997). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *LDB nº 9394*, de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1976). *A Construção Social da Sociedade. Tratando de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Benedito, P. (2003). “Educação: O retrato, ainda caótico do indígena no Brasil” em Porantim, Brasília.
- Barbosa, M., Carmem, S. (2000). *Por amor e por força: rotina na educação infantil*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas.
- Cardozo, S.H. B. (2003) *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica..
- Casali, A. M. D. (2004). *A construção de projeto pedagógico escolar*. Maputo / São Paulo. UP – Mined / PUC – SP.
- Castel, R. (2000) *Desigualdade e a Questão Social: as armadilhas da exclusão*. São Paulo: Educ.
- Caetano, A. P. (1997). *Dilemas dos professores*. In: ESTRELA, M. T. (org.) *Viver e Construir a Profissão Docente*. PORTO: PORTO EDITORA, Coleção ciências da Educação, n. 26, p. 191 – 221.
- Casassus, J. (1998). *A escola e a desigualdade*. Brasília: Plano / Inep, 2002.
- FREIRE, P. *Pedagógico da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Corrêa, R. M. (2001). *Dificuldades no aprender: outro modo de olhar*. Campinas: Mercado de Letras.
- Constituição de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 03 de set. de 2015.
- Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 10 de out. 2015
- Feldmann, M. G. (1999). “Escola pública, representações, desafios e perspectivas”. Em QUE LUZ, A. 8. AFONSO, M. (orgs.). *Trabalho docente: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira.
- Fortin, M.F. (2009). -Fundamentose etapas do processo de investigação. Loudes.
- FREIRE, P. (1986). *A importância do ato de ler em três aspectos que se completam*. Editora Cortez. São Paulo. 35. ed..
- Garcia, C. M. (1999). – *Formação de Professores: para uma mudança educativa*. Trad. Isabel Narciso, Porto: Porto Editora.

Morin, E.(1996). *Complexidade e ética da solidariedade*. Conferência, Rio de Janeiro.

Mantoan, M., Teresa, E.(1997). (org.) *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon.

Martins, L.& Araújo R.(1999). *Diferença/Deficiência sob uma Ótica Histórica*. Natal: EDUFRN.

Mazzota, M. J. S.(1999). *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. 2 ed. São Paulo: Cortez.

Maseto, M. T.(1997). *Didática: a aula como centro*. 4. Ed. São Paulo: FTD.

Perre noud, P.(2002). *A prática reflexiva: Chave da profissão do ofício*. In – A prática reflexiva do ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, p. 11-25.

Porter, G. (1997). *Organização das escolas: conseguir acesso e qualidade através da inclusão*. In: aiscow, m.; porter, g.; wang, M. (orgs.) Caminhos para escolas inclusivas. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural.

Piaget, J. L., actualité de Jean amos Comenius, 1592-1670: pages Choisies. Paris: UNESCO, 1957. P. 11-39.

Ramos, C. Q. (1999). *A deficiência: um olhar interior; depoimentos de mulheres cegas*. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

Santos, M. P.(1999). Dos. *A família e o movimento pela inclusão*. In: Série educação a distancia. Educação especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação.

Sassaki, R. K. (1999). *Educação para o trabalho e a proposta inclusiva*. Educação Especial: tendências atuais. Brasília: Secretaria de Educação à Distância. Brasília: MEC.

Silva, S. P. (2011). *A informática aplicada aos processos educacionais e a autonomia do aluno no novo milênio*. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, Set.

Saviane, D.(1984). *As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina*. Ead. Pesq. São Paulo, n. 42,. P. 8-18.

Tardif, M.(2005). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: vozes.

Tardif, m. & lessard, c .& lahaye, L. (1991).“Os professores face ao saber docente”. Em teoria & educação. Nº 4, Porto Alegre, Pannônica.

Tardif, M.(2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petropoles: vozes.

Tiba, I. (2000). *Disciplina: O Limite na Medida Certa*. Rio de Janeiro: Cortez.

Unesco. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação. NEE. Salamanca, 1994.

Veiga, I. & Passos, A. (2002). Projeto Político – *Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva*. In: Projeto Político – Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas: Papirus.

Zabalza, A.(1994) *Diários de aula*. Porto: Porto Editora.

APÊNDICE A

Apêndice A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS E RESPECTIVOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL QUE LECIONAM EM SALA COM ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, NO ÂMBITO DO ESTUDO QUANTITATIVO

I) Identificação:

1. **Sexo** (assinale com um x):

1. Masculino () 2. Feminino ()

2. **Idade:** ____ anos

3. **Escolaridade** (assinale com um x):

1. Superior ()

2 Pós graduação em conclusão ()

3 Pós graduação concluída ()

II) Atividade Profissional

4. **Período de Trabalho (horas de trabalho/dia)** (assinale com um x):

1. Manhã () 2. Tarde () 3. Noite()

5. **Quanto tempo trabalha como professor(a):** _____ anos

6. **Realizou o curso de educação inclusiva: Sim () Não ()**

7. **Gosta de ensinar a alunas especiais? Sim () Não ()**

Se sim, Porque _____

8. **Sabe o que é sentimento e pertença psicológica?**

9. Já teve problemas de saúde, como estresse, depressão, síndrome do pânico? Ou outras doenças psicológicas? Sim () Não ()

Se sim quais?

10. Se sente prepara para atuar com alunos especiais? Ou atua por obrigatoriedade?

11. você acha que tem falhas na educação especial? Sim () Não ()

Caso positivo, quais?

Agradeço pela atenção e pela colaboração. Obrigado!

APÊNDICE B

Apêndice B – GUIÃO DA ENTREVISTA DIRIGIDA AOS ALUNOS E RESPECTIVOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL QUE LECIONAM EM SALA COM ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, NO ÂMBITO DO ESTUDO QUALITATIVO

1. Sua escola tem instalações adequadas para sua necessidade?
2. Seu professor contribui de forma adequada para sua necessidade?
3. Existe Material para as aulas frequentemente?
4. Quais são as maiores dificuldades apresentadas?
5. Como se sente sendo aluno da instituição?